



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO

Congresso Internacional

Universidade do Minho | 26 e 27 de abril de 2018

LIVRO DE RESUMOS



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

LIVRO DE RESUMOS

Congresso Internacional | Colloque International | International Congress

A europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação

L'Europe comme espace de dialogue interculturel et de médiation

Europe as a space of intercultural dialogue and mediation

26-27 de abril de 2018

Universidade do Minho, Braga, Portugal



Comissão Científica

Alcinda Reis – Instituto Politécnico de Santarém, Portugal
Ana Maria Silva – Universidade do Minho, Portugal
Ana Oliveira – Universidade Católica Portuguesa, Portugal
Ana Paula Caetano – Universidade de Lisboa, Portugal
André Moisan – Laboratoire LISE, CNRS, França
Bárbara Backström – CEMRI, Universidade Aberta, Portugal
Carlos Gimenez – Universidade Autónoma de Madrid, Espanha
Clarisse Fortecöef – CNAM-Paris, França
Dália Costa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal
Elisabete Pinto da Costa – Universidade Lusófona do Porto, Portugal
Francine Kinnet – Haute École de la Province de Liège, Bélgica
Gabe Mythen – Universidade de Liverpool, Reino Unido
Gian Piero Turchi – Universidade de Pádua, Itália
Helena Neves de Almeida – Universidade de Coimbra, Portugal
Hélia Bracons – Universidade Lusófona de Lisboa, Portugal
Isabel Macedo – Universidade do Minho, Portugal
Jean-Pierre Bonaffé-Schmitt – CNRS, França
Manuela Malheiros – CEMRI, Universidade Aberta, Portugal
Margarida Morgado – Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal
Maria João Horta – ESE Lisboa, Portugal
Maria Ribeiro – Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Miguel Prata Gomes – ESE Paula Frassinetti, Portugal
Moisés de Lemos Martins – Universidade do Minho, Portugal
Rob Evans – Universidade de Magdbourg, Alemanha
Rosa Cabecinhas – Universidade do Minho, Portugal
Rosa Madeira – Universidade de Aveiro, Portugal
Rosa Maria Sequeira – CEMRI, Universidade Aberta, Portugal
Rosário Pinheiro – Universidade de Coimbra, Portugal
Sandra Antunes – Instituto Politécnico de Viseu, Portugal



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Comissão Organizadora

Ana Maria Silva, Universidade do Minho – Coordenadora

Ana Piedade, Instituto Politécnico de Beja

Cristina Palhares, Câmara Municipal de Braga

Cristina Rodrigues, ACM

Elisabete Pinto da Costa, Universidade Lusófona

Isabel Macedo, Universidade do Minho

Neila Karimo, ACM

Rosa Cabecinhas, Universidade do Minho

Sílvia Cunha, Universidade do Minho



Índice

CONFERÊNCIAS.....	1
MESAS REDONDAS.....	6
MESA REDONDA 1- Rede Europeia de Municípios Interculturais	7
MESA REDONDA 2- Práticas Profissionais de Mediação na Europa	11
MESA REDONDA 3- Projetos de Diálogo Intercultural e de Mediação.....	18
SESSÕES PARALELAS	22
ESTUDOS CULTURAIS.....	23
EDUCAÇÃO INTERCULTURAL	29
MEDIAÇÃO SOCIAL E INTERCULTURAL	49
NOVOS DESAFIOS NA EUROPA	72
COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL.....	92
DIREITOS HUMANOS	103



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Conferências



La médiation sociale: un enjeu politique européen?

Hibat Tabib (Presidente do Projeto CreE.A, França)

hibattabib@gmail.com

Pourquoi la médiation?

La vie, nous le savons bien, fait se côtoyer des citoyens différents; différents par leur histoire, par leur origine sociale, par leur mode de vie, leur culture... et il n'est pas anormal que dans leurs relations et leurs relations aux institutions naissent des tensions, voire des conflits.

Pour organiser la vie en société, nous nous sommes dotés de règles et de lois mais tout ne relève pas de la justice.

Il n'est pas nécessaire, en tous lieux et en toute occasion, d'aller jusqu'au procès pour résoudre des problèmes. Ainsi s'impose la médiation s'appuyant sur trois socles:

- 1 – intervention d'une tierce personne (médiateur);
- 2 – le rétablissement du dialogue entre les parties,
- 3 – une démarche de responsabilisation des citoyens en les impliquant dans la résolution de leur conflit.

Ce nouveau mode de régulation sociale, porteur du lien social et de la prévention de la violence, incarné dans le projet «CrÉE-A», n'est pas un simple projet technique, mais une vision, un projet politique qui vise à contribuer à la construction du développement de la dimension sociale de l'Europe. «CrÉE-A» vise à inciter les institutions et la société civile à contribuer à créer de espaces de médiation où l'accès à la médiation est considérée comme un droit accessible à tout citoyen. Dans ces espaces de dialogue ouvert, tous les habitants, les institutions, les bailleurs peuvent solliciter l'intervention de médiateurs formés et qualifiés.

Culture and mediation: from divergent differences to the convergence of diversity

Gian Piero Turchi (Universidade de Pádua, Itália)

gianpiero.turchi@unipd.it



The word “culture” comes from Latin *cultus*, *colère*, meaning to cultivate. Every day we are surrounded by stories of differences, stories of conflict convicting the ways in which people live, diverging, lacking a shared point of view. More and more every day campaigns call for acceptance of what’s different, for spread of multiculturalism; they try, they really do to make us feel that, at bottom, differences are valuable. Unfortunately, still today, these efforts have been useless. Wars are opened, the fight against immigration continues and differences are ever more tangible. Why? We continue to make the mistake of confusing culture with people, identity and behaviour. We give importance to distinctive traits in objects and individuals: “Catholic” becomes different from “Muslim”, “French” becomes different from “English”, “man of Left” becomes different from “man of Right” and so on. Distracted by this splitting process between elements, we are missing the main aspect of Community management: whomever cultivates, does it in “a way”. Regardless of whom he is and what he is growing, the value of his “being” here with us, today, is how he cultivates. The challenge we face, as citizens and mostly as mediators, in a shared cultivation involving all the members of the human Community, lies in the way that unites us. Only if we become experts of the ways, the methods, the processes, the competences, we’ll be able to stop being different. Only so, we can start to search for diversity – and not for difference –, which will allow us, if well cultivated, to converge. If we pay attention to the processes – “to follow a religion”, “to belong to a country”, “to have political inclination” and so on – we can think of ourselves as navigating the same ship, towards a common destination. The human community moves on a single mean of transport: culture becomes one and there are no more people who do or don’t belong. We are all part of the same movement, of a shared way to cultivate.

Mediators, because of their skills, are of central importance to this challenge. Mediation is a tool for convergence, for diversity management or, in other words, the diverse ways in which people “cultivate the earth”. Let’s stop dealing with multi-culturalism, with what makes us different, looking for ways to coexist; this path takes to failure. Instead, let’s start dealing with Culture as a unique and shared movement concerning all members of the human Community. Let’s become experts of the flow that drives all people, the



stream towards the same direction. Mediation should globally serve the Community to which we all belong. Mediation should aim at Social Cohesion.

Palavras-Chave: Culture; Cultivation; Diversity; Community; Process.

A crise dos Refugiados na Europa. Entre a totalidade e o infinito

Moisés de Lemos Martins (Universidade do Minho, Portugal)

moisesm@ics.uminho.pt

O eu e o outro. A totalidade e o infinito. Ou seja, a totalidade como o discurso do eu, que apaga o outro; e o infinito como o discurso do outro, que limita e impõe reservas ao discurso da totalidade.

Vemos este debate, por exemplo, em Lévinas, Derrida, Deleuze, Vincent Descombes, Ricoeur, Stuart Hall, Gayatri Spivak e Hommi Bhabha.

E vemo-lo, também, em “La pensée du dehors”, um artigo que Michel Foucault escreveu, em 1966, na revista francesa *Critique*. A tensão, que sempre existiu no Ocidente, entre o mesmo e o outro, é aí reatualizada nos seguintes termos: “Eu minto”; “Eu falo”. Ora, em “eu minto”, quem mente sou eu, o que significa que eu apenas posso mentir no regime do eu, que é o regime da totalidade – o regime da mesmidade. Mas, para mentir, preciso de falar. E falar já não se cinge ao regime do mesmo. Porque falar é inscrever o outro no regime do eu, é convocar o outro, a alteridade, e fazer conviver a totalidade com o infinito. Porque a língua é a presença do outro em mim. A língua é o lugar do outro, é uma construção social, que não precisa de mim para existir, é o infinito; embora a totalidade que eu sou lhe possa emprestar um estilo, que a reinvente e lhe dê horizontes novos.

É numa relação que eu encontro o outro, o qual passa, então, a existir em mim. Esse é o caminho do enamoramento, e pode ser também o caminho da compaixão e da solidariedade. Mas a relação com o outro não se esgota no encontro. Depois do encontro do outro, seguem-se muitas vezes, por razões minhas, o seu apagamento, assimilação, e mesmo dominação. Em termos rigorosos, o que podemos então dizer é que o outro nunca é redutível ao eu, ou seja, nunca é apagável em mim. E se o que está em causa é segregar, discriminar e dominar o outro, do que se trata mesmo é de exercer sobre o outro uma violência.

Há seiscentos anos a Europa deu início à expansão marítima. E o mundo conhecido abriu-se à diversidade de outros mundos. Mas este empreendimento, que produziu o encontro entre



povos, conjugou-se com a dominação dos povos do sul pelos povos do norte, com estes a assimilarem e a dominarem aqueles.

Podemos, todavia, dizer que o que se passou com o colonialismo é semelhante à dinâmica de qualquer relação entre os indivíduos e entre os povos. Mas o que é facto é que tudo na Europa a preparou para o regime exclusivo do uno, que apaga o outro. A cinética da cultura ocidental, marcada pelo regime do *logos*, da tradição greco-latina, e pelo regime do *sun/bolé*, da tradição judaico-cristã, traduz uma longa narrativa de absorção do outro pelo regime do mesmo.

Podemos verificar esta realidade, já em regime pós-colonial, com os trópicos a constituírem, ainda, um modo de antropólogos e geógrafos falarem de nós e dos outros, com a totalidade a apagar o infinito, e não propriamente a deixar-se interrogar e fecundar por ele. A totalidade, o regime do mesmo, que é o nosso, ganha ainda hoje uma centralidade, que remete o outro para a periferia – um lugar subalterno, apagado, dominado.

Neste regime, ao tomar a voz, a Europa fala do centro para a periferia, pelo que o infinito não pode nunca interrogar e questionar a totalidade – os trópicos são sempre um lugar distante do centro, um lugar que lhe é estranho, um lugar que afinal não é o nosso. E o mundo permanece o regime do mesmo, nos exatos termos da velha ordem, com o infinito (o regime do outro) à ordem da totalidade (o regime do uno).

Ao analisarmos o discurso dominante dos média verificamos que a crise dos refugiados não veio trazer-nos nenhuma realidade diferente da que já conhecemos: a Europa é o nosso lugar, ou seja, o lugar do mesmo; e a África e o Médio Oriente são os lugares do outro, ou seja, do diferente. Mas nunca estes mundos se encontram, a ponto de podermos dizer que o infinito fecunda a totalidade. Por um lado, vemos a Europa e os países de África e Médio Oriente como realidades dicotómicas e estanques (centro *versus* periferia), com o radicalismo islâmico e o discurso securitário ocidental a torná-las cada vez mais rígidas. Por outro, vemos uma permanente reativação do regime do uno, com a Europa a apagar e a absorver o regime do outro.

Na atual crise dos refugiados na Europa, vou pois tematizar a tensão entre o mesmo e o outro, ou seja, entre a totalidade e o infinito, o que também quer dizer que vou tematizar a relação entre países centrais, os do norte, e países periféricos, os do sul; e ainda, entre epistemologias do norte, desenvolvido e dominador, e “epistemologias do sul”, periférico e excluído.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Mesas Redondas



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

MESA REDONDA I

Rede Europeia de Municípios Interculturais



Santa Maria da Feira - um território intercultural

Roberto Reis (Município de Santa Maria da Feira, Portugal)

roberto.reis@cm-feira.pt

Desde tempos imemoriais, que o território de Santa Maria da Feira, se constituiu num palco intercultural, com a entrada e saída de diversos povos, construindo a memória e a identidade de um Povo.

Nos dias de hoje, através do fenómeno das migrações (imigrantes, emigrantes e refugiados), da realização de eventos de renome internacional (Semana Santa, Festa das Fogaceiras, Imaginarius, Viagem Medieval e Perlim), o diálogo intercultural é permanente e vital para o território de Santa Maria da Feira e da Terra de Santa Maria.

Quinta do Mocho, do estigma à participação coletiva

Maria Eugénia Coelho (Município da Loures, Portugal)

sec_ver_eugenia_coelho@cm-loures.pt

Projeto desenvolvido pela Câmara Municipal de Loures. A arte urbana como fator facilitador da reconstrução de uma comunidade.

Transcrever. Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga.

Daniel Pereira & Fernando Ferreira (Município de Braga, Portugal)

danielduartep@spacetranscribers.com

fernandopferreira@spacetranscribers.com

Os bairros sociais são lugares convencionalmente desvinculados e negligenciados das estruturas sociais das cidades, associados a uma conotação negativa que tem vindo a crescer ao longo do tempo por parte da sociedade Portuguesa. A cidade de Braga segue este exemplo relativamente a três bairros sociais específicos: o bairro das Enguardas, o



bairro de Santa Tecla e o Complexo Habitacional do Picoto. Estes três bairros coexistem sobre uma série de problemáticas, rumores e preconceitos que se refletem: no estado precário e débil dos bairros (habitação e espaço-público em estado de degradação); na ausência de sentido de pertença e valorização dos habitantes perante os bairros em que habitam; no desconhecimento por parte dos habitantes da cidade de Braga sobre a identidade cultural de diferentes etnias existente nos bairros; e na discriminação étnica e cultural. Seguindo este contexto, o presente resumo propõe apresentar o “Transcrever. Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga”, um projeto organizado pelos Space Transcribers, que se desdobra num conjunto de atividades artísticas participativas e multidisciplinares que pretendem: reconhecer realidades e modos de vida dos bairros, expondo-os para a cidade de Braga; desenvolver mecanismos de mediação entre os habitantes e agentes locais, identificando problemáticas e potencialidades existentes; e ativar nos jovens habitantes dos bairros capacitações artísticas como a fotografia, a construção de maquetas e o registo de som.

Palavras-Chave: Habitação Social; Comunidade Étnica; Participação; Arte; Pedagogia

The intercultural Approach to Community Engagement and Social Integration - with examples from London

Paul Chapman (Londres, Reino Unido)

paul@pceuconsultant.eu

We are a freelance Urban Placemaker and European partnerships experts. Our work focuses on making the city a better place by linking the people that live there and exploring cross thematic synergies. Our key aim is to develop strategy and policy into concrete actions with people at the centre. To achieve this, we work with staff from City Councils and NGO's using an inclusive and ethos led approach that values the participation and contribution of all.

With a background in delivering projects ranging from the democratic engagement of young people to the provision of business support through community-based advisors; from the development of coworking spaces to the use of green space in revitalising the



sense of identity of the urban environment, we are able to bring experiences from across his working experience to help relate to and build relationships.

Our intervention at the Congress will explore practical methods of ensuring inclusion in public discourse across a diverse community. Always looking for practical opportunities we will share the successes of the Lewisham Young Mayor's initiative - which has been successfully transferred to Portugal - the use of green and blue spaces in social cohesion through restoration and rediscovery of a hidden river and the role of community led Local Assemblies in understanding, addressing and impacting local issues.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

MESA REDONDA II

Práticas Profissionais de Mediação na Europa



L'AFPAD, un espace de médiation à Pierrefitte-sur-Seine (93)

Nicolas Niscemi (AFPAD, França)

nnafpad93@gmail.com

L'AFPAD (Association pour la Formation, la Prévention et l'Accès au droit) créée en 2001, est un point d'accès au droit, une instance de médiation et un lieu d'éducation à la citoyenneté. Au travers de ces trois axes de travail, la médiation s'articule avec l'accès au droit et les actions sur la citoyenneté.

Dans l'accès au droit et la parentalité: la médiation comme facilitateur dans la communication avec les institutions et les particuliers, entre habitants, entre les parents et les établissements scolaires et entre les parents et leurs enfants.

Dans le partenariat depuis 2004 avec la police nationale: la médiation comme réponse sociale aux conflits entre personne suite à une main courante déposée au commissariat. Une orientation et un suivi avec la police nationale sur des situations conflictuelles ne constituant pas une infraction pénale.

Dans le partenariat avec les bailleurs sociaux: la médiation comme processus d'apaisement sur les problématiques de troubles de voisinage, de dégradations et d'incivilités. Un partenariat avec l'AFPAD avec deux méthodes d'intervention: médiation formelle et médiation collective.

Dans le partenariat avec l'Education nationale: la médiation comme pacificateur dans les rapports entre élèves et entre élèves et adultes. Le projet «fil continu» porté par l'AFPAD depuis 2008, a pour objectif de mener un travail sur la compréhension de la sanction en accueillant les collégiens temporairement exclus. Un projet pour prévenir le décrochage scolaire et la prédélinquance.

La médiation par les pairs dans les écoles élémentaires pour prévenir les violences et contribuer à une amélioration du climat scolaire par la sensibilisation des adultes et la formation des élèves aux techniques de gestion des conflits et de médiation.

La médiation comme rapprochement entre les jeunes, la police et la justice. Un projet initié par l'AFPAD permettant la création d'espace de parole entre les jeunes et la police



afin d'échanger sur les tensions existantes, les difficultés et changer le regard porté les uns sur les autres.

La médiation et les politiques d'inclusion sociale

Giovanni Ghibaudi (Município de Turin, Itália)

ghibax54@yahoo.it

Les villes sont aujourd'hui confrontées à des nombreux phénomènes conflictuelles. Ces situations sont souvent à la source de malentendus, des peurs, de violences, de replis sur soi mais aussi de perte de confiance dans les institutions et dans leur capacité à apporter des réponses. Les villes sont sans cesse à la recherche de mécanismes favorisant l'accueil, la confiance, le soutien et le rapprochement des habitants... La médiation dans la gestion des conflits est l'une des réponses. Prémice de relations nouvelles entre Loi, institutions et citoyens, la médiation est une politique de prévention mais aussi de réparation du lien social et de responsabilisation des habitants.

Défi, que, en soi et pour soi, elle ne peut pas que favoriser et soutenir consciemment:

- la valorisation d'une approche interdisciplinaire fondée sur un processus de déterritorialisation des connaissances professionnelles spécifiques afin de co-construire un processus systémique qui offre des réponses différentes à un quotidien caractérisé par la complexité et par la multiplicité;
- l'articulation de politiques d'accompagnement (surtout relationnelles, éducatives, sociales, interculturelles, inclusives, etc...), interconnectées aux politiques de renouvellement urbain;
- le développement d'un partenariat permanent et «systémique» entre les acteurs de la prévention qui peut être efficace seulement s'il s'appuie sur toutes les membres de la société;
- le développement d'approches qui privilégient la proximité avec les citoyens (médiation des conflits interpersonnels/scolaires/sociaux, police de proximité, développement de communautés, agences de développement local, etc...);



- le choix d'une politique d'inclusion «considérée et gérée comme un bien public à travers la production d'une plus grande sécurité des droits pour tous, avant tout pour ces personnes dont les droits ne sont pas toujours protégés».

Un des nouveaux scénarios opératifs est constitué sûrement par la médiation, de plus en plus utilisée pour régler les conflits collectifs ou interpersonnels parce que les lois et les institutions publiques, malgré leur rôle unificateur et régulateur, elles démontrent eux limites et elles difficultés à se adapter aux profonds changements des nos sociétés. Selon Faget "le succès de la médiation montre probablement que la société cherche une nouvelle manière de se gérer et de produire cohésion sociale..., et constitue une manière spécifique de gérer les sociétés complexes, ou ipercomplexes... composées par une multiplicité de mondes et de citoyennetés".

La médiation va au-delà des aspects qui la concernent parce que si, d'un côté, elle répond à la conflictualité et à la violence, elle peut de l'autre accueillir le sentiment d'insécurité répandu, à travers une nouvelle élaboration du vécu émotionnel. Un des rôles principaux qu'elle a, c'est de mettre l'accent sur l'aspect humanistique d'où peut venir une approche créative qui développe constamment des nouvelles réponses dont le but culturel est de "connaître et se reconnaître les uns les autres". En outre, elle contribue, en tant qu'instrument qui sauvegarde l'accès au droit, à garantir à tous "le droit à la sécurité" et la "sécurité des droits de la citoyenneté", indispensables pour construire des formes de vie en commun capables de limiter les problèmes de relation et les phénomènes de conflictualité.

La práctica de la mediación intercultural en Sevilla Acoge: una apuesta por la inclusión social

Ousseynou Dieng (Sevilla ACOGE, Espanha)

ousseynou@sevillaacoge.org

A mediados de los 90, junto con otras organizaciones, Sevilla Acoge se embarca en un proceso de formación intercultural. Varios fueron los motivos que justificaron aquella decisión. Entre ellas, la necesidad de repasar, evaluar nuestra Acción con la población migrante y adaptar nuestras teorías pero también las prácticas que se derivan de ellas.



Muchas fueron las dudas sobre cómo promover adecuadamente la inclusión de los/as inmigrantes. A pesar de insistir sobre el carácter bidireccional de la integración social, siempre se ha pensado que era el/la inmigrante quien debía integrarse, por lo tanto cambiar su cultura, sus costumbres, sus tradiciones...para adaptarse a la sociedad de acogida. El reto consistía por lo tanto, en interpelar la “otra parte que integra”. Es decir, propiciar en los/las profesionales una mirada crítica de sí mismos/as para después abordar en un marco de cooperación las necesidades de los colectivos atendidos.

Con este nuevo enfoque, la formación intercultural nos aportó, entre otros, un nuevo referente para abordar la relación de ayuda, visualizando la compleja de la misma y promoviendo el respeto mutuo entre interlocutores/as. La mediación intercultural que aplicamos en Sevilla Acoge de manera profesional desde los principios del 2000, surge por lo tanto en este contexto de revisión, de situaciones observadas en el terreno: dificultades de comunicación entre personas inmigradas y autóctonas, complejidad de la convivencia entre ellas, desconocimiento mutuo de los códigos de referencia culturales, poco conocimiento del funcionamiento de la sociedad receptora por parte de la población inmigrada, inadecuación de metodologías de intervención social a las distintas especificidades culturales...

Su aplicación provocó y sigue provocando un giro profundo pero también constante en el abordaje de la inclusión social de las personas migrantes que acuden a nuestros servicios.

¿Pero de qué hablamos concretamente cuando nos referimos a la Mediación Intercultural?

¿Cuales es perfil del Mediador Intercultural en Sevilla/Acoge?

¿Cómo se desarrolla la labor mediadora y desde qué ámbitos se intervienen?

¿Cuáles son los límites de la Mediación Intercultural ante el objetivo de promover la inclusión social?

Policiamento Comunitário em Lisboa: O desafio da abordagem intercultural e da mediação na formação policial

Cláudia Santa Cruz & Mónica Diniz (Polícia Municipal de Lisboa, Portugal)

claudia.cruz@cm-lisboa.pt



monica.diniz@cm-lisboa.pt

A estratégia de Policiamento Comunitário em Lisboa, adotada pela PML, salienta a importância de uma relação de confiança entre a polícia e os cidadãos em contextos de maior diversidade sociocultural, colocando a tónica no seu capital humano e na necessidade de desenvolver, através de uma estratégia de formação focada nas competências interculturais e de mediação, a filosofia e o modo de atuação da organização. No âmbito de um policiamento comunitário, no qual os polícias estão mais integrados no tecido social, atuando como agentes de coesão social, há uma necessidade acrescida da polícia utilizar uma abordagem preventiva. A implementação da experiência piloto de policiamento comunitário na Alta de Lisboa em 2009, ajudou a orientar a estratégia de formação da PM, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das competências dos agentes policiais, necessárias para manter e melhorar a articulação polícia-cidadão, envolvendo todos os grupos sociais, especialmente em territórios de maior diversidade cultural. Nesse sentido, a PM tem vindo a convidar, desde 2011, parceiros locais para abordar alguns dos tópicos do programa de formação, particularmente os relacionados com questões de interculturalidade e migração.

No caso do policiamento comunitário no território da Ameixoeira e Galinheiras, em 2012, a PM tomou a iniciativa de convidar os mediadores comunitários a darem formação no curso de formação de policiamento comunitário. A formação geral foi desenhada pela PM incorporando os contributos de residentes (grupos focais), dos parceiros locais (reuniões mensais do grupo de segurança) e de mediadores comunitários (reuniões de trabalho periódicas), sendo os mediadores comunitários convidados a preparar a sessão de formação sobre mediação intercultural. Esta prática revelou-se muito eficaz, pois contribuiu para uma maior sensibilização da polícia sobre as diversas identidades culturais dos territórios, capacitando-a para gerir conflitos que surgem na comunidade e promovendo uma melhor compreensão dos principais problemas de insegurança sentida pelos diferentes grupos da comunidade, que não têm por hábito interagir com a polícia, nomeadamente as comunidades imigrantes.

Em 2017, na implementação do policiamento comunitário no Bairro Padre Cruz, participaram pela primeira vez como formandos, na formação das equipas de



policiamento comunitário, não só agentes policiais, mas também representantes de instituições parceiras e de moradores. A formação em conjunto facilitou a comunicação e o relacionamento entre a polícia-comunidade e a capacitação da própria comunidade para trabalhar com a polícia, permitindo uma melhor relação de confiança da polícia junto da comunidade e um trabalho de maior proximidade e cooperação na construção de comunidades mais seguras. Os resultados deste modelo de policiamento indicam que, para a polícia ser capaz de estabelecer relações de confiança com os cidadãos em contextos de diversidade sociocultural, é importante que a estratégia de formação seja assente na aprendizagem de competências interculturais dos seus agentes policiais, assim como no desenvolvimento de competências de mediação. Esta abordagem formativa pressupõe que os agentes policiais estarão mais aptos e capazes em gerir situações de conflito e em mediá-las, sabendo que as vantagens da aquisição e/ou treino destas competências não se resumem apenas à promoção de competências profissionais, mas também ao fortalecimento e crescimento pessoal, que prepara os agentes policiais para a mudança, para a inovação e para lidar com o inesperado e o incerto, tornando este modelo de policiamento um desafio central para a PML, para os cidadãos e para a cidade.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

MESA REDONDA III

Projetos de Diálogo Intercultural e de Mediação



Mediação intercultural numa sociedade complexa laica e multi-religiosa

Irene Grindell & David Santiago (MAW, Reino Unido)

davidsantiagopires@gmail.com

A mediação intercultural cria pontes entre culturas e sensibilidades religiosas e promove o entendimento e a tolerância. Na sociedade contemporânea do século XXI, globalizada e em que o fenómeno das migrações e do turismo low-cost expuseram comunidades locais a realidades nunca antes percebidas ou contactadas, tornou-se necessário como nunca antes, que cada um de nós, habitantes deste pequeno planeta chamado Terra, e "vizinhos" num sentido planetário, sabermos conviver com as diferenças e aceitar "o outro" (ou o "nosso próximo") como um ser único e digno de respeito, muito mais do que da nossa tolerância.

No pós 11/09 de 2001, entrámos de repente num mundo novo, em que as ideias preconcebidas do passado recente, mormente do período da chamada "guerra-fria", em que imperava uma dialética Leste-Oeste, de um "modus vivendi" quase- "binário" (quantas vezes Maniqueísta), em que tudo se acomodava em torno destas duas facções: "nós e os outros", tudo isto rui com a ruína do muro de Berlim em 1989 e a reunificação da Alemanha e extinção do Bloco Soviético.

Neste "mundo novo", paradoxalmente, o paradigma mudou, porque o "inimigo" já não vivia no "outro lado do mundo", como se viu, com o surgimento de fenómenos como o terrorismo global, protagonizado, primeiro pela Al-Kaheda e depois pelo denominado "Estado Islâmico", o inimigo passou a viver entre nós, e mais do que isso, a ser um de nós! Este admirável "mundo novo", trouxe consigo fenómenos que pensávamos já estarem há muito erradicados, como a intolerância religiosa a perseguição de minorias étnicas e tentativas de extermínio de populações inteiras (vide o caso do Ruanda e antes disso a guerra dos Balcãs...). Urge por estas razões criar "pontes" e entender mundos diferentes que são os de cada indivíduo que conosco contacta diariamente, diferentes do nosso, mas tão respeitáveis como o nosso, se também nos aceitar e respeitar. Para isso é necessário promover uma cultura, não apenas de tolerância, mas de respeito e de



proatividade com a finalidade de percorrer caminhos e ultrapassar obstáculos, aparentemente intransponíveis.

O curso Faithful Dispute Resolution que frequentei em junho de 2016 em Leicester, Reino Unido, foi uma experiência única em que pude aprender sobre culturas e religiões diferentes, e que me permitiu entender que para fazer uma boa Mediação de Conflitos interculturais étnicos ou religiosos, é necessário compreender a diversidade e dar a palavra aos mediados para que eles nos forneçam as ferramentas, ou os "tijolos" que pavimentarão a estrada do entendimento. Sobre ele falará também a minha formadora e colega mediadora Irenne Grandell.

Projets pour le dialogue interculturel et la médiation à PROMEVIL

Lamine Thiam (PROMEVI, França)

lamine.thiam@promevil.org

Le cas de l'association Promévil est révélateur à double titre.

D'abord parce que le projet associatif en lui-même a pu voir le jour pour résoudre un ou des problèmes liés à l'incompréhension des acteurs d'une cité sensible, Chanteloup-les-Vignes, au milieu des années 90, qui a vu un peu partout en France l'explosion subite des violences urbaines en France.

L'association Les Messagers, à partir de laquelle Promévil a été créée est précisément une réponse apportée à cette incompréhension entre acteurs d'un même territoire où on co existaient plus d'une centaine de nationalités différentes, et donc de cultures tout aussi différentes.

Cette première expérience réussie pouvait dès lors conduire à un test grandeur nature, matérialisé par la création de Promévil avec un objet social qui est de poursuivre la promotion et la valorisation du bien vivre ensemble, à travers la médiation sociale.

Convaincu que le dialogue interculturel est indispensable dans une société de plus en plus «deshégémonisée», comme la société française, le projet de médiation sociale a été transposé dans les transports ferroviaires, notamment sur les portions de lignes dites sensibles. Les résultats obtenus au bout de 2 ans sont tels que la SNCF a décidé d'étendre



la médiation sociale sur la presque totalité de son réseau, notamment ceux qui desservent les banlieues où se côtoient des voyageurs aux cultures différentes.

Si, de nos jours, la pertinence de la médiation sociale n'est plus à démontrer, notamment pour sa capacité à faire dialoguer des cultures différentes, il me semble indispensable d'en faire un outil de paix, d'entente cordiale et surtout un instrument dynamique pour construire et édifier une société humaine dont la pérennité et la viabilité dépendent fortement de la capacité de ses membres à passer d'une culture d'affrontement identitaire à la négociation des identités. La médiation sociale peut y contribuer.

Ce postulat posé, il va falloir d'ores et déjà avoir à l'esprit qu'un tel projet conduit forcément à la construction d'une troisième culture qui résulte de l'expression commune de communication entre individus de différentes cultures.

Du fait de la mondialisation qui est devenue irréversible, avons-nous le choix, puisque celle-ci va de plus en plus opposer des individus de cultures différentes qui doivent s'adapter pour vivre ensemble?

Mots clefs: déshégémonisation; vivre ensemble; médiation sociale; troisième culture.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Sessões Paralelas



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Eixo temático
ESTUDOS CULTURAIS



Sessão I – Estudos Culturais

Narrativas híbridas e a construção de subjetividades no documentário “Fogo no Mar”

Conrado Oliveira & Priscila Soares da Silva (Universidade do Minho, Portugal)

conradoheoli@hotmail.com

priscilarosossi@gmail.com

Na tese de Platão, defendida por Herbert Read – um dos pioneiros nos estudos sobre a educação pela arte - a arte deve ser a base da educação. Assim, elas são indissociáveis e devem ocupar papel importante no processo de inclusão e servir como ferramenta de sociabilização contributiva à afirmação do sujeito. Este artigo pretende pensar a arte como um método, um meio, e não um produto fim. Por isso, pretende-se analisar a importância da arte enquanto prática de inclusão social, pois, assim como a educação, ela tem o poder de encorajar o desenvolvimento individual ao mesmo tempo em que restaura a sua unidade social. Pensando além do campo da formação do homem, ela também tem o poder de reinserção, num processo de aproximação e integração. Para tal, irei fazer uma breve análise do projeto Refúgio e Arte: Dormem mil cores nos meus dedos, do Conselho Português para os Refugiados (CPR), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian no programa PARTIS (Práticas Artísticas para a Inclusão Social). Através das artes plásticas, o projeto visa integrar cerca de 40 jovens refugiados e requerentes de asilo em Lisboa, entre os 14 e os 18 anos, que chegaram a Portugal sozinhos. Segundo o relatório divulgado em Junho de 2017 pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), no final de 2016 ‘cerca de 65,6 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar as suas casas por diferentes tipos de conflitos, violência e perseguição’. A pesquisa também revelou que 75.000 pedidos de asilo foram efetuados por crianças não acompanhadas ou separadas dos seus pais. Alguns destes jovens nunca tiveram a oportunidade de frequentar uma escola ou conhecer algum tipo de prática artística, por isso, o CPR utiliza a arte como apoio à concentração e desbloqueio de certos aspectos da comunicação. Existe uma



abordagem terapêutica e uma parte de apoio na aprendizagem do idioma e a sua inclusão na sociedade portuguesa, possibilitando a abertura do homem com a linguagem. “Todo o mundo está de acordo acerca do papel da arte para reencantar o mundo”, a questão é “ver como o reencantamento intervém concretamente no desenvolvimento social, na redução das injustiças e desigualdades e na luta contra a exclusão” (Sauquet cit. por Faria, Garcia, Fonteles, Baron, 2009:21). Utilizarei uma metodologia qualitativa, através de análise de fontes documentais e observação direta/indireta de vários contextos do uso da arte como metodologia de intervenção da ação, respondendo a princípios teóricos que transitam por temas como educação, práticas interculturais, arte e inclusão social. Com isso, acreditar-se-á que as múltiplas linguagens artísticas permitir-nos-ão valorizar a diversidade cultural e a diversidade individual, promovendo as inteligências múltiplas, inserindo estes jovens na comunidade escolar e na sociedade portuguesa. Na proposta da ação, seria possível mudar as relações interculturais, ao combater o racismo e a exclusão social.

Palavras-chave: Arte; Mediação; Inclusão social; Práticas interculturais.

Women’s Voices in Diaspora: Hip Hop, Spoken Word, Islam and Web 2.0

Cláudia Araújo (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

araujoclaudia9@gmail.com

This paper focuses on the artistic production of four Hip Hop and Spoken Word artists belonging to the Muslim diaspora - Poetic Pilgrimage, Alia Sharrief, Hanouneh and Alia Gabres -, aiming to understand if such cultural practices can be considered forms of political, civic and social activism, with the potential to broaden or create alternative public spheres (Fraser, 1990). It articulates a form of musical production often associated with Islam, Hip Hop (Miah & Kalra, 2008 and Alim, in cooke & Lawrence, 2005), with Spoken Word, produced by Muslim women in diaspora, migrants or descendants of migrants, with different backgrounds and different life stories associated with Islam, allowing them effective voice in their self-representation, considered from their online presence (NTI and Web 2.0). The diversity of the cultural producers and their forms of expression considered in this paper is understood as an example of the diversity within



Islam and also a denial of any orientalist stereotypes (Saïd, 1979) about Muslim women. Stuart Hall (1997) celebrates the profound cultural revolution resulting from the artistic self-representation of subaltern groups and their impact not only on global expressive culture, but also on political and social life - this work aims to be a contribution to understanding this revolution, by demonstrating that these artists are its agents. It also seeks to explore the influence of NTI and social media instruments in the construction of networks composed of artists who identify as Muslims and their audiences, which contribute to the emergence of a transnational, deterritorialized community where young Muslims are collectively redefining what it actually means to be a Muslim in the West (El-Nawawy and Khamis, 2011) through their alternative and necessarily hybrid identities, creating and sustaining Peter Mandaville's online transnational Umma (2003) and Peter Van der Veer's Islamic Cyber Salons (2006). A second goal is to explore the potential of these expressive practices in the creation of identities, subjectivities and the empowerment of these artists, questioning dichotomies such as West/East (Saïd, 1979), secular/religious (Asad 2003) and built identity / attributed identity. I believe, with Ernst (in cooke & Lawrence, 2005), that it is important to look at Islam through the lens of art as a vehicle of self-expression, to realize its contribution to identity-building, creation of common interest networks and as a tool of activism.

Keywords: Hip Hop, Spoken Word, Women, Islam, Public sphere.

Comunicação Intercultural na Europa

Celso Soares (CulturFACE-Associação Cultural Para o Desenvolvimento, Portugal) &

Paulo Monteiro (Rádio Cruzeiro de Odivelas, Portugal)

6soares6@gmail.com

pauloamonteiro@hotmail.com

De acordo com Ján Figel, Comissário Europeu para a Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo se “os cidadãos da Europa compreenderem melhor que, ao promovermos os talentos humanos e a capacidade humana para inovar, podemos ativamente moldar a Europa para melhor e ajudá-los a explorar seu pleno potencial, tanto económica como



socialmente." Nesse momento de crise internacional, reativam-se manifestações heterogêneas no campo político cultural. A globalização e as novas tendências da comunicação intercultural apontam "novos mapas culturais" europeus baseados em alguns elementos como a linguística, a música, a dança, a gastronomia entre alguns elementos pictóricos. O tema revela alguns aspetos que perspetivam o multiculturalismo e a implementação de uma educação e comunicação intercultural. Podemos definir "multicultural" como um conceito que se limita a verificar o status de entidades sociais, onde os grupos de diferentes culturas coabitam o mesmo espaço e são sensíveis às novas tendências e novos desafios comunicacionais. O "intercultural", permite a caracterização de uma dinâmica bilateral na qual os diferentes grupos culturais se envolvem como parceiros conscientes da sua interdependência. Os media são determinantes na construção da realidade, importa por esse motivo dar a devida atenção ao seu impacto na configuração do diálogo intercultural na medida que o condicionam. O artigo 128.º do Tratado reforça a ideia de que a relação intercultural contribui "para o desenvolvimento das culturas dos Estados membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum." Isto significa que a comunicação intercultural contribui para o conhecimento e a divulgação da cultura e da história dos povos europeus. Nesse contexto é importante perceber que a conservação do património cultural de cada um dos Estados membros deve ser salvaguardada. Os movimentos migratórios podem representar uma importante oportunidade de partilha de riqueza de diversidade cultural. O acolhimento e integração de imigrantes representam uma das mais dignas expressões de fraternidade humana. Já em 2001, a UNESCO referiu a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural reafirmando a importância da estratégia de diálogo em defesa da biodiversidade. A comunicação intercultural é "dialética" em função dos contextos a partir de um princípio e um objetivo comum, e importante para atender os objetivos de democratização, a igualdade de oportunidades e desenvolvimento linguístico e cultural. A representação das comunidades minoritárias nos média é uma outra vertente dessa opção. Acresce a necessidade de um investimento na educação para o entendimento intercultural e no reforço da multiculturalidade nas relações comunitária.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Palavras-chave: Interculturalidade; Cidadania; Newmídia; Estratégia; Comunicação.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Eixo Temático

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL



Sessão I – Educação Intercultural

Building the foundation of Inclusion through Self-leadership Literacy

Malak Oussidhoum (Malak Oussidhoum Leadership Advising, Marrocos)

m.oussidhoum@gmail.com

In today's mixed society, having an identity and claiming a strong identity is becoming a growing need, to the extent of jeopardizing the benefits and richness of diversity; people are looking for strong identities, inside and outside diversity. Throughout its history and unity Europe has always been, intrinsically, a space which expressed, showcased and witnessed identity as an issue, this later being nowadays more accelerated and challenging with the migration flows generated by the neighboring conflicts and the curse of radicalism. Beyond the quest of identity as a culture, a citizenship or a nationality, which can sometimes bring about political issues, Identity is also having an awareness, a fulfillment and a leadership of the Self within one's diversity and affiliations; Social Identity Theory (Tajfel & Turner) and Social Penetration Theory (Altman & Taylor) in their relevance can be completed with learning one's identity through these terms to put another common ground into the discovering, the acceptance and the welcoming of the Other's. Thus being able to look at the Self and the Other through these lenses is becoming an urgent topic to be addressed in order to construct more welcoming, inclusive and peaceful societies; which is the intention of this proposal for oral communication. Growing generations need to learn and acquire self-awareness, self-efficacy and self-management, a combined set of competencies leading to a process of self-leadership development and literacy. An expanded self-leadership methodology is based on having a developed sense of, who we are –as a contribution to a collective dimension-, and where we are going, combined with a developed ownership on influencing our communication, emotions and behaviors. A better understanding of one's mechanism of impact and influence empowers postures of mediation, conflict resolution and dialogue, to the ultimate impact of generating positive narratives. It is a



transformational process that allows each individual to see the Self as included in a whole, humanity wide. Self-leadership theory in its variety of appliances has been widely used in the corporate world and has brought about tangible results in terms of personal accountability, responsibility and self-innovation, with a direct impact on cohesion and organizational inclusion. Social innovation has also started to use components of self-leadership as bringing about inclusive and added-value oriented citizenship awareness, to induce a collective social transformation. This communication draws on concrete examples taken from the corporate world and a non-profit social innovation platform based in Tangier, Tamkeen Community Foundation for Human Development, having applied self-leadership as part of their action-training programs, and last from a personal experience with the UNAOOC Fellowship program, to build on the necessity to further explore and investigate self-leadership literacy as a complementary discipline to the UNESCO Media and Information Literacy core competencies, that mark the framework of the educational programs that promote MIL as a platform for Intercultural Dialogue.

Palavras-chave: Identity; Inclusion, Selfleadership literacy; Dialogue.

Being parents of teenage children in the city. The intercultural mediation as educational style of inclusion and citizenship

Margherita Cestaro (Universidade de Pádua, Itália)

margherita.cestaro@unipd.it

The paper takes as its starting point the complexity of today multicultural contexts in which the situation of migrant families represents un “crucial junction point” between the safeguarding cultural differences and integration processes in the territory. So, migrant families represent a challenge for the “form” that the receiving society chooses to give itself. Starting by these considerations, the paper aims to present some of principal data emerged by un biennial research project (2016-2018), from qualitative-quantitative approach, that is exploring the “intercultural mediation” concept, looking by point of view of the experience of “second generation” parents: immigrant parents with teenage children, resident for at least eight to ten years and with a good level of integration in the territory (that is established on the basis of the quality of relationships



with the school and/or others socio-educational associations presents in the territory). Placing itself within a dialogic, phenomenological-hermeneutic, constructivist epistemological horizon and considering mediation as one of the key-concepts around which the Italian pedagogical proposal is articulated, the paper assumes as a guiding hypothesis the idea that the mutual acknowledgment both of a "human and ethical community" (Bauman, 2010; Morin, 2012) and of a "common biographical condition" (like being parents of teenagers children) is the challenge around which the possibility of recognizing, promoting and/or to strengthen into the parents who living in the city the training of an "intercultural educational style". In this regard, referring to the contributions deriving both from cultural anthropology and from ethico-philosophical and sociological thought, the paper intends to put particular attention to the meanings and implications that, from the point of view of the "second generation" parents, the principles of responsibility, justice, inclusion, cohesion and social creativity, legality, belonging and citizenship assume both within the educational relationship with the children and outside in relationships with the city. In particular, referring to the data emerged from focused narrative interviews (addressed to a reasoned sample of "second generation" parents couples residing in the territory of Padua) and to the results emerged from the action-research (conducted with a pilot group, mixed of socio-educational operators and "second generation" parents present in the same territory), the paper aims to identify and suggest possible "action strategies" that, on the training and social plan, it is desirable to undertake to promote and/or support in the territory the training of a "parenting network of intercultural mediation", capable of involving even those migrant families who go through various forms of cultural and/or social awkwardness. Some of the main thematic areas emerged from the qualitative data thus collected have become furthermore the starting point for the construction and calibration of a questionnaire addressed to the "second generation" parents residing in Italy. The intent is to help shift the current attention, aimed to migrant families present in the various Italian cities, from the emergency and awkwardness plan to that of empowerment, inclusion and social cohesion as well as citizenship.

Keywords: "Second generation" parents; Intercultural mediation; Educational style; Empowerment; Citizenship.



Mediações e Políticas Culturais para as Artes: os exemplos do Canadá, França e Portugal

Fernanda de Andrade & Lúcia Matos (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

fernanda.andrade.cultura@gmail.com

luciamatos2@gmail.com

O objetivo desta pesquisa, em curso, é investigar se e de que modo a mediação cultural pode ser considerada como uma possibilidade de exercício dos direitos culturais em artes. Pois, desta perspectiva, entende-se 'Mediação Cultural' como uma forma de acesso e democratização dos bens culturais (CAUNE, 1999). Ou seja, um conjunto de ações de formação, pesquisa e intervenção no campo da produção artístico cultural, considerada como uma modalidade de intervenção de terceiros e orientada para o reconhecimento do outro. No entanto, podem também ser dispositivos que facilitam, com respostas criativas no interior de sistemas culturais, a comunicação entre sujeitos e culturas promovendo novas formas de convivências que facilitam e constroem compreensões sobre as pessoas, seus costumes, seus valores; suas culturas. Porém, como é o entendimento de mediações culturais na dimensão das políticas culturais? Quais implicações podem reverberar nas políticas setoriais para as artes advindas das relações interculturais que atravessam os campos da Arte, da Cultura e da Educação nos processos de mediação cultural? Orientadas por estas questões, nesta análise, investiga-se o conteúdo de alguns documentos norteadores de extensão internacional sobre direitos culturais como os elaborados pela ONU e a Unesco. Revisa-se a Constituição Brasileira de 1988 e as deliberações dos/nos sistemas nacional e estaduais da cultura. E de início, a pesquisa indicou que, por se configurar como uma discussão recente no Brasil, o quantitativo de produção teórica sobre o assunto é escasso sendo este um dos motivos pelo qual destacamos iniciativas como as do Canadá, (exemplo da cidade de Montreal) da França (com o Observatoire des politiques culturelles) e de Portugal (com iniciativas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Arteemrede). Nestes contextos, verifica-se que o desenvolvimento de ações de mediação cultural se manifesta num processo de transformação contínua, no qual, modelos variam à medida que novos desafios se apresentam. Tanto no Canadá, quanto na França ou em Portugal as mediações artísticas e ou culturais são focadas na aproximação dos públicos com as obras, porém, este não aponta ser o aspecto mais relevante. O mais significativo aponta a considerar o sujeito não só como espectador, mas, como cidadão de uma



sociedade, para a qual sua presença é fundamental na transformação das relações, por exemplo. Por outro lado, os eixos dos projetos de mediação artística e cultural, nestes exemplos, também se movimentam em torno de aprendizagens, ressaltando aspectos pedagógicos da/na mediação cultural. E em geral, os experimentos apresentam características semelhantes nos modos de fazer. Planejamentos e ações variam a partir de entendimentos, missão e valores adotados tanto por instituições quanto por agentes culturais. Contudo, em sua maioria, demonstram preocupação com os impactos gerados/estimulados na posição ética ou na maneira com que o espectador poderia se estabelecer politicamente não só diante da obra espetacular, mas em atividades cotidianas.

Palavras-chave: Mediação cultural; Políticas culturais; Artes.

De que falamos quando falamos de educação intercultural? Um estudo exploratório com docentes e estudantes da formação de inicial professores do 1º e 2º ciclo do ensino básico

Maria João Hortas (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)

mjhortas@eselx.ipl.pt

Na presente comunicação pretende-se apresentar e discutir os resultados de um estudo exploratório sobre as concepções e práticas de educação intercultural na formação inicial de professores do 1º e 2º ciclos do ensino básico (6-12 anos). Trata-se de um primeiro estudo integrado num projeto de investigação em desenvolvimento intitulado *Educación, multiculturalidad y formación inicial de maestros de primaria: entre las oportunidades y las prácticas*. Este estudo exploratório tem como palco a ESELx, os estudantes do mestrado em Ensino do 1º e 2º ciclos da educação básica (6-12 anos) e os professores das unidades curriculares de ciências sociais (História, Geografia, Sociologia e Antropologia) que lecionam na formação inicial de professores. São objetivos deste estudo: (i) analisar as representações dos estudantes e dos professores sobre os conceitos de educação intercultural e de competências interculturais; (ii) identificar as unidades curriculares que os estudantes elegem como as mais implicadas com a multiculturalidade; (iii) identificar que unidades curriculares os professores elegem, como as que contribuem para o desenvolvimento de competências interculturais nos



futuros professores. Metodologicamente recorreremos à aplicação de um inquérito por questionário aos estudantes que se encontram a frequentar os cursos de mestrado em questão e aos docentes de ciências sociais implicados na formação de professores. O questionário aos estudantes foi aplicado em novembro de 2017 e foram cerca de 110 os respondentes. O questionário aos docentes, aplicado no mesmo período, foi preenchido pelos 8 docentes do domínio das ciências sociais. Para o tratamento da informação recolhida nos questionários, essencialmente de natureza qualitativa, recorreremos à análise de conteúdo. A exploração dos resultados é, ainda, complementada com a análise das fichas das unidades curriculares identificadas pelos estudantes e docentes como as mais implicadas com a Multiculturalidade, Educação Intercultural e Desenvolvimento de Competências Interculturais. Os resultados que esperamos obter a partir deste estudo permitem, por um lado, confrontar conceções, representações e práticas de estudantes e docentes sobre educação intercultural e competências interculturais e, por outro lado, encontrar convergências e divergências entre o que os professores dizem ser as suas práticas e o que efetivamente são as aprendizagens que os estudantes afirmam realizar.

Palavras-chave: Educação intercultural; Competências interculturais; Formação de professores.



Sessão II– Educação Intercultural

La Educación Intercultural en la Formación Inicial del Profesorado: la Voz de los Docentes Universitarios

Juan Olivencia & Hélia Bracons (Universidade de Málaga, Espanha; Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal)

juanleiva@uma.es

helia.bracons@gmail.com

La universidad es un espacio privilegiado para la formación intercultural de los futuros profesionales de la educación, un escenario donde aproximarse a modelos teóricos y estrategias prácticas útiles y efectivas, para cultivar en los jóvenes estudiantes de los grados universitarios de educación el deseo de conocer y desarrollar la interculturalidad en su futuro quehacer docente. La interculturalidad debe ser un elemento clave en el desarrollo de competencias profesionales que ayuden a los próximos docentes a comprender la relevancia de la diversidad cultural como eje de sus prácticas didácticas. Así, tener en cuenta la diversidad cultural en el aula universitaria será una oportunidad de aprendizaje, muy valiosa para afrontar en su futuro profesional la necesidad de dar respuesta efectiva y de calidad a las situaciones de diversidad cultural y social que existan en sus realidades más cercanas. la formación intercultural en la universidad es una necesidad y una esperanza. Una necesidad, en la medida en que debemos responder a las realidades sociales y educativas complejas donde el elemento cultural diverso es absolutamente real y emergente. Y, una esperanza, porque mientras eduquemos para el respeto y en la promoción de la interculturalidad estaremos formando a docentes que sembrarán en las nuevas generaciones las semillas de la paz y de la solidaridad, y, por ende, valores positivos tan necesarios y fundamentales para la humanidad. Por todo ello, en este trabajo, vamos a exponer los resultados de la parte cualitativa del proceso investigador llevado a cabo en el contexto de la Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad de Málaga durante los años 2015, 2016 y 2017. Utilizando una



metodología eminentemente cualitativa se empleó entrevistas en profundidad a profesorado que imparte docencia en distintos grados universitarios de Ciencias de la Educación: Educación Primaria, Educación Infantil, Educación Social y Pedagogía. En total, se realizaron 22 entrevistas y se desarrolló un proceso de categorización emergente a la luz de elementos temáticos y semánticos. Para ello se utilizó el programa informático Nudist-Vivo, versión 8.0. Los resultados ponen de relieve la necesidad de potenciar planes de formación en el contexto universitario que abarquen los distintos enfoques culturales vehiculados a través del paradigma intercultural, de esta forma se les da cabida a los cambios socioculturales dados en la actualidad y reflejados en la universidad como espejo de nuestra sociedad, siempre en proceso de construcción y renovación constante. En este sentido, para el profesorado universitario se ha desarrollado un exceso de academicismo en materia de interculturalidad, siendo un hándicap porque no influye positivamente en la creación de espacios de debate y de intercambio intercultural en las aulas universitarias, al no poder generar experiencias y emociones compartidas. Intentar formar actitudes y valores interculturales, sin experienciarlos como algo incoherente con la generación de estructuras de pensamiento y, por tanto, de comportamientos cívicos de forma significativa.

Palavras-chave: Educación intercultural; Formación universitaria; Profesorado universitario; Formación intercultural de profesorado.

Educação intercultural enquanto experiência identitária transformadora e significativa

Susana Gonçalves (Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal)

susana@esec.pt

Esta comunicação é um relato da evolução que a minha abordagem à educação intercultural no ensino superior foi sofrendo ao longo de 15 anos de ensino nesta área, começando por um enfoque na fundamentação teórica e na estruturação de conteúdos académicos para culminar numa abordagem mais madura, fluida, dialógica e experiencial. Considerando a educação intercultural como uma experiência de transformação pessoal que se faz em contexto social e que só pode vingar se se apoiar no vivido e na relação contínua entre pensamento, emoção e ação, tenho vindo a



organizar os conteúdos de aprendizagem, as atividades dos estudantes e os processos de avaliação com uma perspetiva renovada sobre o sentido da educação intercultural que envolve o uso extensivo das tecnologias da comunicação e das artes como recursos e meios poderosos ao serviço do ensino e da aprendizagem e que presta particular atenção às questões de identidade e cidadania, identidades em confronto, reflexão pessoal e ação fundamentada. Nesta comunicação apresentarei esta experiência, como estudo de caso e narrativa e apresentarei exemplos concretos que passam pelas descobertas e retorno dos estudantes ao ensino, pela descrição de algumas atividades concretas e pela reflexão sobre os ingredientes que tornam a educação intercultural uma experiência transformadora intensa e significativa.

Palavras-chave: Educação intercultural; Cognição-emoção-ação; Aprendizagem profunda; Experiência.

Educação Intercultural em Contexto de Negócios: um Caso de Inovação no ISCAP-

P.PORTO

Clara Sarmento, Carina Cerqueira, Sara Pascoal, Marco Furtado, Sandra Ribeiro & Laura Tallone (ISCAP, Portugal)

clarasarmento@gmail.com

Esta comunicação desenvolve uma meta-análise sobre o processo de investigação e ensino que sustenta o Mestrado em Intercultural Studies for Business (MISB), lecionado em Inglês, cuja primeira edição se encontra a decorrer no ISCAP-P.Porto, combinando a missão da escola de business do P-PORTO com o trabalho desenvolvido pelos docentes-investigadores das áreas científicas de Línguas e Ciências Empresariais, em geral, e do Centro de Estudos Interculturais, em particular. O MISB propõe uma formação focalizada no mundo empresarial, desenvolvendo competências empreendedoras no âmbito da cultura e capacidades práticas, analíticas e críticas para a comunicação intercultural. O MISB propõe uma abordagem inovadora às Humanidades, com base numa proposta interdisciplinar e na aplicação das novas tecnologias, dando a conhecer as potencialidades das linguagens de comunicação multimodal para as negociações no mercado global. Os nossos objetivos visam a rentabilização de metodologias de análise



de contexto e de medição de variáveis culturais em ambiente empresarial, potenciando iniciativas para o entendimento entre culturas, em sintonia com os novos trajetos da economia mundial. Nas estratégias de ensino do MISB, os estudos interculturais vão mais além da mera troca de informações entre estados-nação ou das implicações negativas das diferenças entre grupos, para se focalizarem na troca recíproca de conhecimento entre culturas, com as suas semelhanças e diferenças, em contexto de negócios, no panorama global contemporâneo. A cultura é encarada como commodity lucrativa, como mais-valia para qualquer empresa com ambições de expansão, enquanto ferramenta e objeto de negócios e de crescimento económico. Nesta perspetiva, os conhecimentos interdisciplinares sobre teorias e práticas dos estudos interculturais assumem uma perspetiva de auto- e hétero-conhecimento, atenta às novas rotas da expansão económica, outorgando tanto protagonismo aos centros de onde em tempos emanaram as matrizes culturais como às periferias (ou novos centros) pós-coloniais contemporâneos, ciente de que centro e periferia são hoje conceitos intermutáveis e em constante renegociação. Ao compreender a relação entre cultura, comunicação e tecido socioeconómico e político no mundo empresarial, o MISB coloca em prática a capacidade de avaliar e transcriar informação e estratégias negociais diferenciadas, com base em conhecimentos culturais não padronizados. Neste projeto estão a ser aplicados conhecimentos interdisciplinares com vista à facilitação de projetos de âmbito internacional, tendo presentes as seguintes preocupações: identificar e solucionar necessidades de diferentes ambientes culturais; melhorar a comunicação entre culturas de negócios; lidar com situações interculturais de forma eficaz; potencializar a integração e o crescimento; desenvolver projetos empresariais culturalmente conscientes e sustentáveis; conhecer costumes locais, suas oportunidades e obstáculos para o ambiente de negócios global. Para tal, a investigação que sustentou a criação do MISB relevou a necessidade de apostar em competências gerais tais como: capacidade de adaptação, compreensão, auto e hétero-conhecimento, empreendedorismo, networking, organização, empenho, relacionamento com stakeholders, focalização global com consciência local, numa estratégia geral de facilitação da expansão das empresas e de boas práticas em equipas interculturais, cientes das mudanças impostas pela globalização.

Palavras-chave: Intercultural; Negócios; Globalização; Inovação; Educação.



Do educar ao cuidar na diversidade cultural das famílias

Ana Spínola Madeira & Alcinda Reis (Instituto Politécnico de Santarém, Portugal)

ana.spinola@essaude.ipsantarem.pt

alcinda.reis@essaude.ipsantarem.pt

Introdução: Cuidar de pessoas e famílias culturalmente diversas constitui-se num dos maiores desafios colocados aos profissionais de saúde e particularmente aos enfermeiros na atualidade, como apontam diferentes indicadores demográficos, sociais e culturais da União Europeia. Na prática clínica destes profissionais com famílias imigrantes identificam-se dificuldades na promoção da sua saúde; esta constatação desencadeia a necessidade de estratégias pedagógicas na formação em Enfermagem para a construção das competências culturais nos estudantes, desde o curso de licenciatura. A valorização do conhecimento teórico e da sua conceptualização na forma como os estudantes cuidam – processo de cuidados – permite a tomada de consciência progressiva, pela prática reflexiva na aquisição de competências, refletindo-se no desenvolvimento congruente das dimensões: instrumental, interpessoal e sistémica para cuidar na diversidade cultural. Para a estruturação da estratégia pedagógica desenvolvida mobilizaram-se evidências de investigação anterior, onde haviam sido identificados elementos facilitadores da comunicação e da avaliação inicial das famílias, potencialmente promotores da adesão e continuidade aos cuidados propostos pelos profissionais de saúde. Objetivo: analisar a construção de competências culturais nos estudantes do curso de licenciatura em Enfermagem, partindo de situações estímulo em sala de aula – narrativas de enfermeiros. Métodos: na 1ª fase – estudo qualitativo e de orientação etnográfica; uso de narrativas, observação participante, grupos de discussão e entrevistas como técnicas de recolha de dados. Na 2ª fase – mobilização de evidências estruturantes de estudos de caso-análise em contexto de sala de aula, enquadrados por narrativas produzidas por enfermeiros – situações-estímulo. Utilização de instrumento de colheita de dados com as dimensões – Listen, Explain, Acknowledge, Recommend, Negotiate na avaliação de pessoa/família imigrante, sugerido por Campinha-Bacote



(2011) para desenvolvimento das etapas de análise e momentos de discussão. Principais resultados: da valorização do conhecimento teórico e da sua concetualização no modo como os estudantes refletem os cuidados em contextos multiculturais, emergem aprendizagens na intervenção com famílias – valores, costumes, crenças e práticas de saúde, para a tomada de decisão e resolução de problemas. Conclusões: a estratégia revela-se impulsionadora da procura ativa de conhecimento e do desenvolvimento das habilidades para aquisição de competências culturais nos estudantes, promovendo o desenvolvimento da sua autorreflexão e pensamento crítico em enfermagem; fornece orientações e objetivos a atingir em ensino teórico e ensino clínico, para promoção da saúde com pessoas e famílias imigrantes em contexto real de cuidados.

Palavras-chave: Imigrantes e emigrantes; Competência cultural; Estratégias pedagógicas; Promoção da saúde; Estudantes de enfermagem.



Sessão III – Educação Intercultural

Mobilidade estudantil e interculturalidade – percepções de estudantes universitários

Vânia Dalcin & Isabel Freire (Universidade de Lisboa, Portugal)

le3125@gmail.com

isafrei22@ie.ulisboa.pt

A crescente internacionalização dos mercados de trabalho no mundo contemporâneo requer uma formação voltada para o desenvolvimento de competências de carácter pessoal e relacional, designadamente de competências interculturais. A mobilidade estudantil transnacional, ao proporcionar o contacto com um variado leque de situações e de problemas concretos, pode contribuir para o desenvolvimento destas competências. Nesta comunicação, apresentaremos um estudo, com o qual se pretende contribuir para a compreensão da relação entre as experiências de mobilidade de estudantes universitários portugueses, na maior parte participantes no Programa Erasmus, e o desenvolvimento das relações pessoais, sociais, afetivas e culturais, no sentido da interculturalidade. Optou-se por um estudo de carácter interpretativo, utilizando questionários de resposta aberta como estratégia de recolha de dados. Através deste estudo, no qual participaram 50 estudantes, foi possível perceber a existência de uma multiplicidade de motivações que levam a optar pela mobilidade, desde as pessoais às socioculturais e académicas. O modo como estes estudantes interpretam a sua integração na cultura local dos países de acolhimento, reflete a relevância da dimensão relacional das experiências vividas. A análise de dados põe ainda em evidência que, para a maior parte dos participantes no estudo, a experienciação das diferenças culturais constitui uma experiência de aculturação muito enriquecedora. Os dados permitiram identificar aprendizagens e mudanças que os estudantes valorizam, destacando-se o desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança. A nível social e cultural, emergem a abertura ao Outro e o reconhecimento das diferenças/variações como fator de enriquecimento mútuo, por vezes com a consciência da incorporação de novas



identidades. Os múltiplos encontros culturais, como é o caso dos períodos de mobilidade dos estudantes, reforçam a função instrumental ou pragmática da cultura, que nas sociedades contemporâneas está consideravelmente desenvolvida para responder a necessidades como a multiplicação dos contactos, a rapidez das mudanças e a complexidade crescente das sociedades e da vida dos cidadãos.

Palavras-chave: Ensino superior; Educação intercultural; Programa Erasmus; Mobilidade estudantil.

A Europa Como Espaço de Diálogo Intercultural e de Mediação

António da Silva Fernandes (ACARE – Associação Comunitária, Portugal)

antonio_sf@hotmail.com

A multiplicidade intercultural é hoje uma realidade incontornável no espaço Europeu, mais concretamente na U.E., tantos são os elos de ligação social, desde a família à atividade social ou profissional, de coabitação inclusiva na comunidade conducentes a uma matriz que é transversal ao ponto de, indelevelmente, se poder afirmar como sendo um processo dinâmico da cultura Europeia do futuro. Neste contexto, a mediação enquanto processo de diálogo para o entendimento das partes tem um desempenho determinante na compreensão dos fenómenos culturais nessa nova realidade. A Europa é um vasto Continente multicultural formada por diversos Países onde as maiores diferenças se refletem no modelo político; na forma de organização religiosa; na expressão linguística; outros. A Europa enquanto espaço de mediação e de diálogo tem o seu maior desenvolvimento em meados do século XX e no corrente século XXI na sua zona central a que se convencionou chamar: Europa Ocidental. As suas civilizações, com o deflagrar e as consequências das duas grandes guerras que a afetaram profundamente, assim como o grande impacto social produzido pela Revolução Agrária que tem ciclos distintos consoante o local e o tempo em que ocorreu, as profundas alterações que introduziu na organização dos territórios e na organização da vida das comunidades locais propiciou as condições para o eclodir da Revolução Industrial um processo em concertação permanente. A Europa de hoje é um Continente onde o diálogo e o cruzamento de culturas diferentes, nos mais diversos contextos, tornou a mediação



sustentada no conhecimento e nos limites do balizamento legal, na razão central da sua existência e do seu futuro enquanto espaço de diálogo intercultural. A educação é o pilar central do espaço de diálogo intercultural e de mediação. É a educação e o conhecimento que condicionam as diversas conjunturas: sociais; políticas; religiosas; outras. Em suma; a educação e o conhecimento são fatores determinantes para a construção de um modelo social que respeite o princípio da diferença, com projeção universal. A inovação tecnológica que sempre acompanhou todos os processos de desenvolvimento social de que resulta o novo conceito 4.0, tida por alguns círculos como sendo a quarta revolução industrial é uma estratégia concertada no ano de 2011 na Alemanha em que se defende a robótica informatizada e a dispensa da manufatura. Conflitos incontornáveis para os quais só o diálogo e a mediação encontrarão solução plausível. Face ao exposto conclui-se que: a) A Europa tem tido ao longo da sua História vários desafios que tem vindo a ultrapassar com eficácia democrática, mesmo em conjunturas de ditadura, com um pilar de suporte estrutural: a educação orientada para o conhecimento. b) A confluência para o seu seio, de várias culturas, tem sido uma mais-valia no quadro da globalização. c) No âmbito das necessidades da Humanidade é, a Europa, melhor preparada para resistir e resolver os desafios do futuro das espécies respeitando a biodiversidade e o direito à vida!

Palavras-chave: Interculturalidade; Multiculturalidade; Mediação; Inclusão.

Território(s) e multiculturalidade: as escolas

Ana Piedade & Bárbara Esparteiro (Instituto Politécnico de Beja, Portugal)

alavado@ipbeja.pt

barbara.esparteiro@ipbeja.pt

O atual fenómeno migratório que ocorre na Europa está a transformar a realidade multicultural das sociedades contemporâneas e o território português não é exceção. Portugal foi, ao longo da sua história, um país de saída de gente que se habituou a interagir, adaptar, reconfigurar e assumir identidades múltiplas. As crianças portuguesas ou luso-descendentes assumiram “modelações culturais” do “outro”, recombinao-as com as dos progenitores e, em muitos casos, da escola portuguesa que haviam



abandonado, para acompanhar os pais. Havia também, em Portugal, experiências de retorno de casais portugueses emigrantes, com filhos em idade escolar, embora fossem residuais. Mais difícil, porque menos banal, foi a partir dos anos 80 do século XX, lidar com situações de multiculturalidade nas escolas portuguesas por via da transformação de Portugal num país acolhedor de imigrantes e, desafio maior ainda, transformá-las em situações de interculturalidade. Isto é, tratar cada escola como um território e cada um deles como território multi e intercultural. Tem sido um caminho que se vai fazendo de avanços e de recuos, de construção da identidade do “outro” e sobre a(s) identidade(s) do(s) outro(s). A escola tem um papel fundamental na integração dos alunos de origem imigrante e de minorias étnicas e das suas famílias. A ideia de que a escola deve alargar-se á comunidade, saindo dos seus muros não é nova, mas nem por isso é de fácil concretização – veja-se, por exemplo a participação familiar dos imigrantes e minorias étnicas nos órgãos representantes das escolas e agrupamentos, o grau de participação em atividades desenhadas e propostas pelas escolas, etc. Para conhecer o território de Beja do ponto de vista da imigração é forçoso olhar para as escolas: quantos são os alunos não portugueses neste ano letivo; qual a sua origem; quais as faixas etárias em que se inserem; há quanto tempo frequentam o ensino português; quais as dificuldades pelas quais passam; quais as maiores facilidades com as quais se depararam; como se sentem face à escola e à turma; como se relacionam com toda a comunidade escolar (colegas, docentes, funcionários não docentes); como percecionam os materiais didáticos com os quais têm que trabalhar diariamente, entre outras, são questões que se impõem. Este levantamento, também ele envolto em dificuldades, está a ser feito desde 2015 e assume-se como um trabalho nunca terminado, já que estamos a trabalhar com dados absolutamente volúveis e difíceis de conseguir (dependem da decisão de resposta de direções de agrupamentos de escolas, de declarações de professores, crianças e famílias). A metodologia usada é ancorada em trabalho de campo, pressupondo, pontualmente, situações de observação participante, complementando a recolha de dados feitos através de inquérito por questionário dirigido às direções de agrupamentos de escolas. Opta-se igualmente por aplicar entrevistas a docentes, diretores/as de agrupamentos de escolas e famílias de crianças pertencentes a grupos étnicos minoritários e/ou imigrantes e respetivas famílias.

Palavras-chave: Escola, Educação, Interculturalidade, Multiculturalidade, Minorias.



Participação e mediações com crianças e jovens nas comunidades – um processo de cidadania crítica

Ana Paula Caetano & Isabel Freire (Universidade de Lisboa, Portugal)

apcaetano@ie.ulisboa.pt

isafrei@ie.ulisboa.pt

O Projeto CONverCIDADE (Convergir na diversidade – Participação das crianças e jovens no desenvolvimento da Cidade) é um projeto de investigação-ação que visa criar redes colaborativas, envolvendo crianças e jovens no desenvolvimento participado das comunidades, em múltiplos contextos sociais, culturais e geográficos. Partindo dos seus pontos de vista e do diagnóstico da realidade social da qual fazem parte, as crianças e os jovens, com os seus educadores, dinamizam projetos educativos nos contextos locais em que se inserem, participando também nos processos de investigação que acompanham a ação. Pretende-se, assim, compreender os processos de educação e mediação (nomeadamente artísticos, culturais, interculturais e tecnológicos) e os seus contributos para o desenvolvimento de uma cidadania crítica e de comunidades mais justas, criativas e solidárias. O projeto assenta num conjunto de princípios dos quais destacamos o da participação (que inclui não só o envolvimento das crianças e dos jovens, mas também processos de cogestão, ou seja, de efetiva participação nas tomadas de decisão), o princípio da cidadania crítica com finalidades emancipatórias/transformadoras, a valorização dos processos de mediação e da criação de redes e parcerias, bem como o princípio da ligação da investigação à ação. O projeto organiza-se em subprojectos que, em termos de investigação, são conduzidos segundo a lógica de estudo de caso de investigação-ação. Nesta comunicação, apresentaremos os fundamentos, finalidades e metodologia do projeto, assim como alguns estudos de caso já terminados, destacando dinâmicas e alguns resultados preliminares que apontam para a existência de relações entre a participação das crianças e dos jovens no desenvolvimento de projetos e o desenvolvimento não só do seu poder pessoal e autoestima, como das relações interpessoais nos grupos e nas comunidades a que pertencem, no sentido da interculturalidade.



Palavras-chave: Participação; Cidadania crítica; Investigação-ação; Crianças e jovens; Interculturalidade.

O rap “exótico” na Itália contemporânea: entre direitos negados e nova cidadania

Luca Bussotti (Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

labronicus@gmail.com

Na Itália o rap surgiu por volta dos anos Oitenta do século passado, sob a decisiva influência da cultura hip-hop e da música rap afro-americanas. As primeiras bandas que tocavam rap na Itália não constituíram uma “escola”, mas tinham uma inspiração comum: uma ideologia fortemente ancorada aos valores da (extrema) esquerda, reunindo-se em Centros Sociais Ocupados Autogeridos. Se tratava de um rap urbano, que se enraizou nas periferias das grandes cidades, tais como Milão, Turim, Roma e Bolonha. Cerca de vinte anos depois, este rap influenciou muitos cantores e bandas da “segunda geração” de imigrados (sobretudo africanos e asiáticos) na Itália: jovens que também viviam nas periferias das grandes cidades, geralmente marginalizados em termos culturais, académicos, até profissionais, e que procuravam um resgate não apenas na música, mas naquela específica expressão artística que é o rap. Este grupo, formado por “mistos” (ou seja, com um dos pais de nacionalidade italiana) ou por filhos de dois imigrados sem nacionalidade italiana, mas residentes neste país, constituiu, no início da década de Dois-mil, uma rede, 2G (Segunda Geração), que teve um vasto eco não só do ponto de vista musical, mas que foi além disso, implementando ações de reivindicação em volta de um assunto central: a alteração da lei da nacionalidade italiana do princípio do *ius sanguinis* ao princípio do *ius soli*. Até hoje este resultado não foi conseguido, mas o grupo fez com que o tema se tornasse um dos fulcros do debate político nacional. A volta disso, várias canções “reivindicativas” e provocatórias começaram a ser produzidas por estes rappers italo-africanos e italo-asiáticos. Entre eles vale a pena aqui recordar apenas alguns deles, tais como Amir Issaa (italo-egípcio), Zanko (de origens sírias), Karima (liberiana), e muitos outros. O impacto que tiveram no panorama musical e cultural italiano foi considerável, sobretudo em razão do teor polémico das suas mensagens e da “koiné” linguística quase que desconhecida na tranquila arena musical italiana. A comunicação que se pretende



apresentar – em continuidade com vários artigos já publicados sobre este assuntos ou assuntos semelhantes em revistas científicas italianas (África e Mediterrâneo), portuguesas (CesContexto) e brasileiras (Sociedade e Cultura) – tenciona refletir sobre como os rappers italianos de origem não-italiana representam o espaço de democracia e suposta tolerância constituído pelo seu país de residência numa forma absolutamente inovadora, invertendo o ponto de vista tradicional de um imigrado que é representado (objeto) mas sem capacidade de representar (sujeito). Este cenário deve ser inscrito no quadro da reivindicação de uma cidadania plena, que passa, no caso italiano, pela aprovação de uma nova lei mais inclusiva da nacionalidade, portadora de direitos fundamentais a que estes indivíduos ainda não têm acesso, acima de tudo os direitos políticos, passivos e ativos. A metodologia usada é de tipo qualitativo, centrando-se essencialmente na análise de conteúdo dos textos das canções deste grupo de rappers, complementado por algumas declarações e entrevistas, quer presentes na esfera pública, quer realizadas face-to-face.

Palavras-chave: Cultura; Itália; Representação; Rap.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Eixo Temático
MEDIAÇÃO SOCIAL E INTERCULTURAL



Sessão I – Mediação social e intercultural

Os Contornos da Mediação Intercultural na Educação Contemporânea: Delineamentos & Projeções

Valéria Vaz Boni & Rosa Sequeira (Universidade do Estado do Paraná, Brasil;

Universidade Aberta, Portugal)

valeriavazboni@hotmail.com

Rosa.Sequeira@uab.pt

As questões emergentes acerca da mobilidade humana transnacional têm pautado os debates acadêmicos contemporâneos, particularmente no contexto educacional. O processo da globalização, aliado ao uso das novas tecnologias, de informação e comunicação, permeia o presente embate cultural, pois viabiliza o contato pessoal e/ou virtual entre inúmeras pessoas de diferentes backgrounds, numa proporção inimaginável há algumas décadas. Estima-se que existam, atualmente, 232 milhões de migrantes internacionais no mundo, mais que em qualquer momento da história humana, e este número deverá aumentar ainda mais no futuro, provocando mudanças demográficas, ambientais bem como disparidades econômicas. Face a este cenário, a presente comunicação visa delinear um enquadramento teórico acerca do papel da mediação intercultural da perspectiva de uma cidadania global. O conceito de mediação intercultural tem sido elaborado mais recentemente no contexto da aprendizagem linguística e cultural em relação com os processos oriundos dos fenômenos de mobilidade transnacional. Nesta linha, apresentar-se-á uma análise crítica dos aspetos conceptuais esboçados nos referenciais dos documentos europeus que norteiam as políticas para o ensino de línguas estrangeiras (QERC, 2001 e 2017; LPU, 2015). No QECR (2001), o modelo “intercultural speaker” proposto por Byram e Zarate (1994) e Byram (1997), embora mencionado nas referências, foi desconfigurado, bem como não há menção ao “savoir s’engager”, que é a dimensão primordial na educação para cidadania intercultural



global. O documento refere que nas atividades de mediação, “o utilizador da língua não está preparado para expressar os seus próprios pensamentos, mas sim para servir de intermediário entre interlocutores que não são capazes de se compreenderem uns aos outros diretamente. São, geralmente (mas não exclusivamente), falantes de línguas diferentes”. (QECR, 2001:129), propondo uma lista de atividades focadas na mediação oral (interpretação) e outra em atividades de mediação escrita (tradução). Mais recentemente, na versão de 2017, o Conselho da Europa vem colmatar as incompletudes deste documento. A partir da distinção entre mediação resolutiva e preventiva ou transformativa (AAVV, 2008; Caride, 2016; Freire, 2002; Gimenez, 2014; Vieira, A., 2016; Zarate, 2004), da formação de mediadores (Gimenez, 2010) e da perspetiva intercultural, analisaremos este documento, dando destaque à capacitação do mediador (as suas unidades de competência) em matérias como: uma conceção dinâmica e em mudança da cultura, a identificação do papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, as particularidades da comunicação intercultural e do conflito interétnico, as inter-relações entre a pessoa, a sua situação e enquadramento cultural, áreas convergentes e comuns entre os envolvidos, etc. Uma educação para a cidadania global implica que nós, professores de língua estrangeira, precisamos assumir uma “práxis transformadora” (Freire, 1976), inerentemente crítica, a fim de tentar operacionalizar ações de mediação intercultural, dentro e fora do contexto escolar, que visem à legitimização do desenvolvimento pleno das capacidades humanas centrais (Nussbaum, 2014), mas, principalmente, transformando os aprendentes em cidadãos de mediação cultural: local, nacional e global.

Palavras-chave: Migração; Mediação intercultural; Cidadania global, Ensino de línguas.

Mediação intercultural com álbuns ilustrados

Margarida Morgado (Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal)

marg.morgado@ipcb.pt

Margaret Meek escreveu que nós somos as histórias que contamos, salientando a importância das histórias e da sua narração como estratégias de identificação individual e coletiva para crianças e adultos. Partindo deste princípio muito simples, esta comunicação começa por debater o potencial de utilização de álbuns ilustrados para a



mediação intercultural com crianças e jovens. A multimodalidade destes materiais de literatura infantojuvenil, aliada a temáticas de promoção da diversidade e da interculturalidade como modos de estar característicos das sociedades atuais, com as suas dinâmicas de identidade e alteridade, permite aos jovens encontrar representações diversas de multiculturalidade e interculturalidade significativas, quando se utilizam livros-álbum criteriosamente escolhidos para essa finalidade. Na segunda parte da comunicação apresentar-se-ão alguns exemplos de livros-álbum da coleção IDPBC (Identity and Diversity in Picture Book Collections), como forma de descrever formas de estar em mobilidade (forçada e voluntária), bem como objeto-pretexto de mediação de diversas situações traumáticas (guerra, refugiados, migrações) junto de crianças, que por um lado ajudam crianças migrantes ou refugiadas a lidar com o que lhes aconteceu e, por outro lado, auxiliam outras crianças a alargar a sua compreensão da complexidade social à escala global e ao nível dos direitos humanos. Para além de materiais e recursos, a comunicação sugere algumas abordagens didáticas inclusivas destes materiais, passíveis de serem usados com crianças (com idades dos 5 aos 12 anos) em situações de acolhimento e mediação intercultural ou com todas as crianças que estão integradas em ambientes de aprendizagem comprometidos com os desafios ditados por novos contextos globais e com o desenvolvimento de perspetivas éticas e humanas sobre questões sociais complexas. Os materiais e recursos apresentados, bem como as abordagens didáticas, resultam de um projeto europeu de investigação aplicada (IDPBC), cuja metodologia incluiu uma etapa inicial de pesquisa documental sobre a utilização de livros-álbum para promover a inclusão; consulta por questionário a especialistas (investigadores, professores, formadores de professores, bibliotecários, autores, ilustradores e editores) para sugestão de livros-álbum a integrar num catálogo; e consulta a especialistas para validação de uma lista de palavras-chave de caracterização das dimensões de inclusão em livros-álbum do catálogo. Numa segunda etapa foram desenvolvidas abordagens pedagógicas e unidades didáticas inclusivas com alguns dos livros-álbum, que foram objeto de teste por promotores da leitura e professores com crianças em cinco países europeus, que em relatório sintético se pronunciaram sobre a validade dos recursos (e da utilização de livros-álbum para promover a inclusão) para os seus contextos. Os resultados obtidos (catálogo ou coleção de livros-álbum e abordagens pedagógicas inclusivas sobre esses textos) permitem afirmar que os livros-álbum selecionados e/ou abordagens sugeridas constituem uma abordagem educativa válida



que aporta múltiplos benefícios a diversos grupos de crianças e jovens, permitindo a estes perceber melhor os conceitos de diferença, diversidade, bem como processos identitários complexos em sociedades globalizadas e caracterizadas por elevada mobilidade humana.

Palavras-chave: Mediação intercultural com crianças e jovens; Livros-álbum para a mediação intercultural; Função social da literatura infantojuvenil.

Mediação Social com minorias étnicas – o caso da comunidade cigana

Marta Fonseca & Helena Almeida (Universidade de Coimbra, Portugal)

marta.fonseca943@gmail.com

helena.almeida03@gmail.com

O trabalho “Mediação Social com minorias étnicas – o caso da comunidade cigana” foi feito com base em pesquisa documental, e tem como principal objetivo explorar a questão da integração da comunidade cigana, através da mediação social e comunitária. Numa primeira fase são focadas as questões relacionadas com o conceito de mediação, e a sua relação com o serviço social. Entende-se que, apesar da variedade de definições e procedimentos relativos ao conceito de mediação pretende-se exercer uma ação transformadora em conflitos existentes, melhorar relações, assim como modos de comunicação. Dentro do conceito, enquadra-se a mediação social e comunitária, que pode ser entendida como um recurso, através do qual os cidadãos de uma sociedade gerem os conflitos e as diferenças entre si. Sendo o Serviço Social uma profissão que trabalha as relações, considera-se que existe uma semelhança entre os seus princípios e os da mediação, embora não possam ser confundidos, devido às suas diferenças. Para abordar as questões das minorias étnicas, é fundamental falar em interculturalidade, no sentido de incentivar o respeito entre culturas e origens. A comunidade cigana, com as suas especificidades, enquadra-se neste conjunto. Da pesquisa documental realizada, concluiu-se que a mediação com a comunidade cigana deve ter por base o facto de o mediador dever ser uma pessoa pertencente a esta, com legitimidade para se fazer ouvir, e que consiga fazer a ponte entre a sua comunidade de origem e as organizações externas. Apesar das dificuldades, considera-se que a mediação nestas circunstâncias



pode trazer vantagens para todos, facilitando a integração dos indivíduos e diluindo os estereótipos gerados pela comunidade dominante.

Palavras-chave: Mediação; Comunidade cigana; Serviço social; Minorias étnicas.

Centro de Mediação Comunitária de Braga como instrumento de germinação de cidadania e Justiça!

Jorge Costa & Rômulo Barreto (Universidade do Minho, Portugal)

advogadomeiracosta@hotmail.com

romulobarretojr@hotmail.com

O Homem vem enfrentando ao longo da sua existência, como prova a sua dimensão histórica, social, subjetiva e cultural, conflitos complexos e muitos deles comuns e interconectados. As atuais tendências sistémicas desestabilizadoras – v.g. o aumento da desigualdade social, a estagnação económica, os movimentos migratórios massivos – consubstanciam uma série perda de confiança dos cidadãos nos governos que é extensível aos setores bancário e financeiro, educativo, saúde, aos partidos políticos, e à própria administração das leis e da Justiça. Neste contexto, a mediação poderá desempenhar um papel fundamental para a Humanidade ao ser, por um lado, instrumento complementar de Justiça e de paz social e, por outro lado, um importante processo experimental para o alcance de uma linguagem científica, universal e consensual, aglutinadora da prática interdisciplinar que envolve o diálogo e a comunicação entre os vários sujeitos do processo. Em Portugal, a atual Lei n.º 29/2013, de 19 de abril permite a criação de sistemas públicos de mediação que visam fornecer aos cidadãos formas céleres de resolução alternativa de litígios através de serviços de mediação criados e geridos por entidades públicas. Nessa sequência, pretendemos aportar um contributo científico-jurídico para a implementação de um Centro de Mediação Comunitária no Município de Braga onde serão identificados os princípios gerais do sistema e, em particular, apresentadas formas preventivas, resolutivas e transformadoras de mediação, respetivamente, no contexto escolar e migratório. Tendo por base estudos científicos, no campo educacional, onde o envolvimento em conflito, em muitos casos, decorre do desconhecimento dos limites impostos pelo ordenamento



jurídico, propomos a aplicação de um conceito de mediação preventiva que gira em torno da aplicação um plano de formação e informação aos alunos do 2.º e 3.º ciclos, promovendo ainda uma reflexão em torno da mediação resolutiva de conflitos escolares à luz da atual Lei Tutelar Educativa. Por outro lado, no plano comunitário-migratório, a função do Centro passa por promover um espaço de diálogo institucional entre entidades públicas e privadas na resolução de problemas de índole migratória através de intervenções formativas, informativas e mediadoras. Por último, ressaltaremos a importância da multidisciplinaridade dos agentes envolvidos no processo de mediação como instrumento criador de uma linguagem de conceitos denominadores comuns.

Palavras-chave: Mediação comunitária; Escola; Interculturalidade; Interdisciplinaridade; Linguagem comum.

Sessão II – Mediação social e intercultural

Projeto ELISSE (E-Learning for Intercultural Skills in Social Education) [E-Learning para competências interculturais na Educação Social]

Miguel Prata Gomes, Gabriela Trevisan, Florbela Samagaio & Rui Ramalho (Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Portugal)

mpratagomes@gmail.com

gabriela.trevisan@gmail.com

fsg@esepf.pt

rramalho@esepf.pt

Num contexto generalizado de tensões, onde as questões das migrações e do acompanhamento social dos migrantes na Europa e noutras regiões do mundo são ineludíveis, os profissionais da Educação Social são desafiados a desenvolver um conjunto muito diferenciado de competências. Neste trabalho vai ser apresentado o projeto ELISSE



(E-Learning for Intercultural Skills in Social Education) [E-Learning para competências interculturais na Educação Social] que se encontra na sua fase inicial/intermédia. É um projeto com financiamento europeu que tenta fazer frente a alguns destes desafios. Tem por objetivo geral a preparação dos estudantes de Educação/Trabalho Social que, no seu futuro profissional, desenvolverão atividades em contextos multiculturais. O diagnóstico realizado forneceu informação muito relevante, entre outras a identificação das necessidades: necessidades específicas de formação dos Educadores Sociais que tencionem desenvolver a sua atividade profissional em ambientes multiculturais; necessidade de melhorar o apoio pedagógico para a mobilidade internacional em países não europeus (“países do sul”); necessidade de melhoria da formação em Educação Social em termos de educação à distância. Após este diagnóstico construído pelos parceiros de diferentes países (Bélgica, França, Holanda, Itália, Canadá e Portugal), o projeto ELISSE vai basear-se em dois princípios fundamentais e inovadores no âmbito da formação em educação/trabalho social. A saber, uma experiência de estágio em “países do sul” durante a qual os estudantes europeus serão “emparelhados” com estudantes do país anfitrião e estudantes de outros “países do norte”; módulos de formação fornecidos em parte à distância através da utilização de ferramentas e-learning. Os estudantes terão formação antes de partirem, durante (especialmente através de ferramentas e-learning) e depois da experiência de estágio (avaliação e reformulação). As ferramentas de formação criadas pelo projeto estarão disponíveis para outros estudantes e supervisores que desejem desenvolver competências intercultural em/atraves de estágios internacionais. Como Van Hoof e colegas sugerem (2005), estas experiências estão muitas vezes relacionadas com benefícios comuns, como por exemplo a exposição do estudante a diferentes ambientes sociais e culturais, e o facto de viver em diferentes contextos culturais, ajuda-o a perspetivar os seus estereótipos e a criar uma visão alternativa do mundo (p.43). Diferentes estudos mostram-nos também que os estudantes aprendem a reconhecer até que ponto os seus próprios valores culturais são diferentes dos países onde eles chegam. Van Hoof e Verbeeten (2005, p.43) defendem que: “a literatura destacou o papel dos programas [mobilidade] internacionais na formação de um indivíduo equilibrado, culturalmente sensível, e que resulta ser um dos princípios orientadores do ensino superior em todo o mundo”. No entanto, esperam-se algumas dificuldades na consecução do projeto, isto na medida em que vai tentar fazer-se frente à necessidade de programas de preparação para estágios internacionais que os



estudantes sentem no curriculum tradicional das suas instituições (Gardener, 2002). As questões relacionadas com as experiências de estágio são diversas e variam desde uma discussão insuficiente dos sentimentos e atitudes dos supervisores relativamente às diferenças culturais, até à experiência insuficiente com supervisores culturalmente diversos, e também a falta de discussão quanto às expectativas do próprio estágio internacional.

Palavras-chave: Estágio internacional; Educação social; E-learning.

Mobilidade intra-europeia de estudantes: uma análise dos padrões de interação dos estudantes de Erasmus

Daniel Novera (Universidade do Minho, Portugal)

daniel.novera@gmail.com

A mobilidade de estudantes dentro do quadro da União Europeia ganha um novo fôlego especialmente após a criação do programa de intercâmbio académico Erasmus, em 1987. Para além de outros objetivos, como potenciar a circulação de conhecimentos e competências, um dos aspetos centrais foi promover o incremento à interação face-a-face entre os jovens europeus, almejando com isso a criação de um sentimento de partilha de uma cidadania europeia. Deste modo, o propósito desta comunicação prende-se em procurar perceber como são construídas as redes sociais ou de contacto de um conjunto de estudantes que estiveram por um período de tempo em mobilidade noutro país europeu ao abrigo do programa Erasmus, apresentando-se para efeito de prova algumas evidências empíricas, baseadas em resultados obtidos na minha investigação de Mestrado em Sociologia. Os resultados, todavia, sinalizam que os padrões internacionais são ambíguos e ambivalentes, podendo esses variar consoante as trajetórias individuais dos jovens europeus, além de que os contactos entre estudantes Erasmus e locais permanecem ainda muito limitados, tanto dentro como fora do perímetro da academia, onde na maioria dos casos, a língua e as práticas do grupo onde os estudantes estão inseridos podem tornar-se um escolho na formação de contactos mais frequentes.



Palavras-chave: Europa; Estudantes de Erasmus; Estudantes internacionais; Interações sociais.

O papel do Polícia Municipal enquanto mediador

Isabel Fonseca & Cláudia Figueiras (Universidade do Minho, Portugal)

isabel.uminho@gmail.com

claudiafigueiras@direito.uminho.pt

A polícia deve entender-se como um conjunto de autoridades e de corpos, ou de serviços administrativos, que exercem uma atividade policial e que se encontram sujeitos, em particular, a um ramo do direito público que é o direito de polícia. A atividade de polícia é uma atividade administrativa, pois tem como ultima ratio a prossecução do interesse público, estando, por isso, sujeita aos princípios que estruturam e vinculam a Administração Pública Portuguesa. A Polícia Municipal é uma polícia de âmbito local, ou seja, é um serviço integrado na Administração Autónoma que prossegue os interesses dos munícipes da Autarquia Local onde se insere. A lei que estabelece o regime e a forma de criação da Polícia Municipal é a lei n.º 19/2004, de 20 de maio (Lei da Polícia Municipal). De acordo com a lei, a Polícia Municipal é um serviço municipal especialmente vocacionado para o exercício de funções de polícia administrativa. Poderá afirmar-se que o Polícia Municipal é um verdadeiro Polícia de proximidade. Nesse sentido, são várias as Polícias Municipais que têm vindo a desenvolver uma espécie de mediação comunitária, promovendo ações de sensibilização focadas nos temas da prevenção, cidadania e segurança, as quais têm por objetivo a diminuição de comportamentos de risco e a promoção de valores de cidadania, de comportamentos de autoproteção e de participação na construção da segurança da comunidade. Importa, contudo, saber se o papel do Polícia Municipal deve ir além desta mediação comunitária, permitindo-se que este exerça a função de um verdadeiro mediador de litígios, nos termos definidos no artigo 2.º da Lei da Mediação Portuguesa (Lei n.º 29/2013, de 19 de abril). Neste sentido, importará discutir as potenciais vantagens e desvantagens, tendo em conta a experiência comparada, da introdução no nosso ordenamento jurídico da figura do mediador policial. Concluindo-se pela pertinência da introdução da figura, deverá refletir-se sobre o objeto dessa mediação policial e o papel que os Polícias Municipais devem assumir enquanto mediadores.



Palavras-chave: Polícia Municipal; Litígios; Mediação; Paz Social.

Formar para a mediação social: reflexões sobre (e a partir de) um percurso formativo de profissionais do trabalho social

Joana Campos, Luísa Delgado & Maria João Hortas (Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)

jcampos@eselx.ipl.pt

luisa.delgado@ese.ipsantarem.pt

mjhortas@eselx.ipl.pt

As dinâmicas sociais, culturais e territoriais contemporâneas colocam desafios à intervenção dos profissionais do Trabalho Social, reclamando uma formação ancorada em conceitos, métodos e técnicas de diferentes ciências sociais. Como proposta de análise convocamos uma discussão centrada no lugar das ciências sociais, procurando uma reflexão que articule teoria e prática no sentido do desenvolvimento de competências profissionais de intervenção em contextos socioterritoriais diversificados. Numa etapa anterior de análise em torno da formação destes profissionais (Vohlgemuth, et al., 2017; Hortas, Campos & Dias, 2016) considerou-se a Licenciatura em Animação Sociocultural e o Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx-IPL), em particular as Unidades Curriculares (UC) que se dedicam centralmente à mediação como estratégia e/ou ferramenta de intervenção socioterritorial. Na presente comunicação, pretendemos dar continuidade ao processo analítico já iniciado, centrando-nos agora no 2º ciclo de formação da ESELx, dirigido aos profissionais do Trabalho Social. Metodologicamente o enfoque orienta-se para o mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, nas duas últimas edições (2015-17 e 2016-18). Analiticamente pretende-se desenvolver a pesquisa em torno da oferta formativa discutindo: (i) a mediação social no plano de estudos, quer nas UC que se ocupam do aprofundamento teórico e contextual da intervenção social, quer nas que se orientam para os procedimentos técnico-metodológicos; (ii) em particular as UC Laboratório de Métodos e Técnicas de Intervenção e Seminário de Investigação II, no que ao contributo das ciências sociais diz respeito; e, (iii) a análise das produções dos



formandos, lida nos projetos de intervenção/investigação desenhados, no âmbito das referidas UC.

Palavras-chave: Mediação social; Trabalho social; Formação.

Sessão III – Mediação social e intercultural

Les médiations sociales en France

Jean-Pierre Bonafe-Schmitt (Universidade de Genebra, Suíça)

ean-pierre.bonafe-schmitt@ish-lyon.cnrs.fr

A l’image d’autres pays, la médiation commence à avoir une histoire en France, ce qui permet d’en analyser son développement mais aussi de s’interroger sur son évolution, car elle traversée par différentes logiques, ce qui n’en facilite pas sa compréhension ou sa lisibilité dans la vie quotidienne. Nous nous limiterons dans le cadre de cet ouvrage aux médiations sociales, car elles sont assez représentatives de ce flou conceptuel existant autour de la notion même de médiation et des différentes logiques qui sont à l’origine de leur développement au cours de ces dernières années. Sous ce nom générique de médiation sociale, nous avons regroupé un certain nombre de projets qui vont de la médiation de quartier à ce que nous avons appelé la médiation sécurisation. C’est dans le champ de la médiation sociale que ce flou conceptuel qui entoure la médiation est le plus prononcé et sans faire une analyse sémantique, nous verrons comment cette dénomination de médiation sociale s’est construite au fil des années aux dépens de celle originelle de médiation communautaire ou de quartier. Nous nous efforcerons aussi de démontrer que ces différentes dénominations ne sont pas purement formelles et reposent sur des logiques différentes allant de la régulation des conflits à celle de communication ou encore de sécurisation. Pour l’analyse de ces médiations sociales, il est nécessaire aussi de prendre en compte la dimension nationale et historique, car on ne peut comprendre le développement de ces médiations sociales sans



référence au système de régulation sociale propre à chaque pays. En effet, comment expliquer que l'on parle de "community médiation" ou de "médiation communautaire" dans l'ensemble des pays et de "médiation de quartier" ou de "médiation sociale" en France pour désigner le même phénomène, si l'on ne prend pas en considération ces variables socio-politiques. Cette analyse en terme de système de régulation sociale nous a conduits à nous poser la question de savoir s'il existe un modèle ou des modèles de médiation sociale tout en étant conscient qu'il est difficile de modéliser les différentes formes de médiation sociale en raison de leur diversité et de leur complexité.

Palavras-chave: Médiation; Conflit; Communication; Éducation; Sécurisation.

Learning biographies in a European space for social mediation: homage to Catalonia

Rob Evans (Otto-von-Guericke-University Magdeburg, Alemanha)

rob.evans@ovgu.de

Following the Call, which invites contributions touching on migration, diversity, intercultural communication and mediation with the aim of promoting an open, inclusive, safe and peaceful civil society, this paper proposal will attempt to examine the learning biographies of practitioners of social mediation participating in the current 3-year ERASMUS+ project CreE.A (Construction d'un espace européen de la Médiation pour l'inclusion). The CreE.A project has as its objective the creation of a professional community for social mediation in Europe. A European consortium involving different partners, which include organizations for mediation and training, universities, cities, individual experts for mediation theory and praxis, as well as representatives from national as well as European politics, work together in the project to establish a structured interchange between the theory and practice of European mediation. The short and middle-term objective of CreE.A is to identify common practices of social mediation, and to promote awareness and knowledge of these practices while respecting the diversity of its realization in the specific contexts of each country (see Silva, Carvalho, Moisan, & Fortecoef, 2017). The core feature of the project is the Tour d'Europe, a journey of experiential learning modelled on the journeyman traditions of European artisans. In 2017, the first year of the current project, 14 practitioner mediators (or



professionals from mediation-near practices) were sent from country to country around the 7 participating countries on a 'journey of immersion in the realities of mediators' work' (Silva et al., 2017). Each participant brought with them prior practitioner experience and knowledge and each was confronted in their period of immersion with fellow mediators who received them and provided them with a learning space in which different practices could be compared and confronted, and in which diverse learning biographies interacted and knowledge, both formal and tacit, could be exchanged. Parallel to their practical immersion in the reality of the mediation practices of their peers, the participants were required to reflect on their personal and professional biographies. Reflective tools were provided them by the project coordinators to help them identify diverse professional experience and knowledge, to sharpen their awareness of practices of mediation for social inclusion in the host country, to observe and describe the mediation practices encountered and to report on this in the form of a multimedia report to successfully complete their participation in the project (the Chef d'Oeuvre – masterpiece - Meisterstück) which was adjudicated by a Jury of Experts at the end of 2017 in Barcelona. During the final seminar in Barcelona, eight of the participants (5 practitioner mediators and 3 expert mediators) were interviewed about their experience during the Tour d'Europe and the impact of the European space for social mediation as they lived it during their immersion in the host country. The encounters with the participant-mediators took place in unstructured, in-depth qualitative biographical-narrative interviews, in which individuals engaged in dialogic interaction create shared understanding, and give their stories meaning. Their narrative histories are made understandable by the joint process of 'experiencing othered-experience' (Luckmann, 1981). The interview is interactive, co-constructed, and flooded with voices. The detail of the interview talk documents how meaning-making takes place, and how this is affected by group belonging, ethnic or cultural discourses (Pavlenko, 2007), as well as gender, age, professional and educational relationships, and so on. The interview is sensitive to language resources and their use in the co-construction of meaning, and as such it was only logical to conduct the Barcelona interviews in the languages of the participants themselves, French, Italian, Portuguese and German. In the biographical narratives which will be discussed in this paper, I will try to show that the languaged form narratives of biographical learning take can offer insight into the learning processes triggered by



learning in communities of practice, and that the creation of a common European space of experience can be heard as it emerges in biographical talk.

Palavras-chave: CreE.A; Social mediation; Learning biography; Biographical-narrative interview.

Mediação Social e Comunitária Profissional: Percursos de Ação-Reflexão-Investigação em Comportamentos Aditivos e Dependências

Sara Carvalho, Jorge Barbosa, Helena Almeida, Mercia Silva, Emídio Abrantes, Rui Lino, Cristina Proença, Celestino Cunha, Sofia Martelo & Ana Paula Neto (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; Administração Regional de Saúde do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, Portugal)

sara.carvalho@sicad.min-saude.pt

helena.almeida03@gmail.com

celestino.cunha@arslvt.min-saude.pt

crisrina.proenca@arslvt.min-saude.pt

EARodrigues@arscentro.min-saude.pt

jorge.barbosa@arsnorte.min-saude.pt

mericia.silva@arsnorte.min-saude.pt

apneto@arsalgarve.min-saude.pt

RRLino@arscentro.min-saude.pt

sofia.martelo@arsalentejo.min-saude.pt

As pessoas com problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas (lícitas e/ou ilícitas) encontram-se frequentemente em situação de exclusão, de isolamento e de rejeição face ao meio social onde se encontram. Para sair de um processo de exclusão social, é fundamental a existência de interações positivas com a sociedade, o que implica o (re)estabelecimento de ligações entre as pessoas e o seu contexto social, de forma a criar ou reparar os laços sociais entre os indivíduos e os sistemas sociais. A mediação social é usualmente definida como um processo aberto de negociação voluntária, dinamizado por um terceiro elemento neutral, com o objetivo de auxiliar as



partes envolvidas na resolução do conflito num ambiente protegido, assente numa lógica de co-construção de compromissos. O profissional é o agente que conduz a comunicação, organizando a discussão das questões mobilizadoras do conflito a resolver, apoiando as partes a definirem claramente o seu problema, compreendendo os seus interesses e gerando condições para solucionar a disputa. No campo dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), a mediação social apresenta uma dupla função: por um lado, assume um papel de disciplina social e vigilância sanitária para prevenir os riscos sociais; por outro lado, compromete-se na defesa e proteção dos direitos de cidadania (aquisição, reconhecimento e promoção de direitos sociais). Assim, a prática da mediação social rege-se por três orientações: orientação para a resolução de conflitos, orientação para a regulação social e orientação transformadora. O diploma orgânico do SICAD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de janeiro, concretiza uma inovação assente no reforço da componente de planeamento e acompanhamento de programas nestas áreas, conferindo-lhe competências eminentemente técnico normativas no que respeita à intervenção, ao planeamento e à avaliação. Neste contexto, a produção de linhas de orientação técnica e normativa para a intervenção nas áreas dos comportamentos aditivos e das dependências foi uma das principais atribuições do SICAD, o que permitiu que, em 2013, se tenha tomado a iniciativa de organizar um grupo de trabalho, com objetivo de elaborar linhas orientadoras para a Mediação no âmbito dos processos de reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências (CAD). Procurava-se a harmonização das práticas, da melhoria dos resultados e da qualidade da intervenção efetuada, assim como contribui para a facilitação dos processos formativos de novos profissionais. Como metodologia de trabalho foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, e usado em reuniões o modelo reflexivo. Com a publicação do documento produzido é apresentado um modelo de intervenção para a área dos CAD. As preocupações com a avaliação da aplicabilidade do modelo criado constituíram uma fonte de questionamento da equipa de pesquisa, orientada para a compreensão do modelo de Mediação Social e Comunitária (MSC) desenvolvido em diferentes contextos, cruzando olhares de diferentes intervenientes no processo de reinserção: profissionais, pessoas com CAD, familiares e parceiros. A comunicação visa testemunhar o trabalho de equipa na construção de um modelo de intervenção específico (2014) e investigação (em curso).



Palavras-chave: Mediação; Dependências; Linhas orientadoras; Reinserção.

Mediar os conflitos familiares – análise da evolução legal

Rossana Martingo Cruz (Universidade do Minho, Portugal)

rmartingocruz@direito.uminho.pt

A mediação é um meio de resolução de conflitos que tem uma especial adequabilidade nas discórdias de índole familiar. Estas opõem pessoas que, em regra, têm ou tiveram uma ligação forte de natureza afetiva. O carácter pessoal e emocional destes diferendos leva a que, não raras vezes, os meios tradicionais de Justiça se revelem incapazes de resolver e endereçar as verdadeiras questões que dividem as partes. É neste contexto, da procura de melhores soluções para as crises familiares, que surge a mediação familiar. Esta, embora não seja a solução milagrosa para todos os problemas que derivam da família, torna-se um meio adequado para um número significativo dos problemas que opõem familiares. A mediação familiar visa, justamente, criar um ambiente propício ao consenso e ao diálogo perante um terceiro (o mediador). Este será neutro, imparcial e não terá poderes decisórios no litígio. Desta forma, possibilita a que as partes se sintam verdadeiramente livres na busca de uma solução. Além do mais, o mediador coloca as partes no centro da solução do conflito e mune-as das ferramentas necessárias para que possam resolver o seu dissídio através de um acordo que verdadeiramente as satisfaça. A caminhada da mediação familiar em Portugal é longa (mas também sinuosa). Já há duas décadas que existe no panorama legal, ainda que a sua expressão na vida judiciária do país não seja a desejada. A sua integração legal atual assenta no Despacho n.º 18778/2007 do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, de 22 de agosto de 2007, e na Lei n.º 29/2013, de 19 de abril, e julgamos merecer uma breve reflexão.

Palavras-chave: Mediação familiar; Meios de resolução alternativa de litígios; Conflitos familiares.



Sessão IV – Mediação social e intercultural

Interculturalidade em contexto escolar: educação e mediação preventiva

Rômulo Barreto & Cíntia Barreto (Universidade do Minho, Portugal)

romulobarretojr@hotmail.com

O Homem vem enfrentando ao longo da sua existência, como prova a sua dimensão histórica, social, subjetiva e cultural, conflitos complexos e muitos deles comuns e interconectados. As atuais tendências sistémicas desestabilizadoras – v.g. o aumento da desigualdade social, a estagnação económica, os movimentos migratórios massivos – consubstanciam uma perda de confiança dos cidadãos nos governos que é extensível aos setores bancário e financeiro, educativo, saúde, aos partidos políticos, e à própria administração das leis e da Justiça. Neste contexto, a mediação poderá desempenhar um papel fundamental para a Humanidade ao ser, por um lado, instrumento complementar de Justiça e de paz social e, por outro lado, um importante processo experimental para o alcance de uma linguagem científica, universal e consensual, aglutinadora da prática interdisciplinar que envolve o diálogo e a comunicação entre os vários sujeitos do processo. Em Portugal, a atual Lei n.º 29/2013, de 19 de abril permite a criação de sistemas públicos de mediação que visam fornecer aos cidadãos formas céleres de resolução alternativa de litígios através de serviços de mediação criados e geridos por entidades públicas. Nessa sequência, pretendemos aportar um contributo científico-jurídico para a implementação de um Centro de Mediação Comunitária no Município de Braga onde serão identificados os princípios gerais do sistema e, em particular, apresentadas formas preventivas, resolutivas e transformadoras de mediação, respectivamente, no contexto escolar e migratório. Tendo por base estudos científicos, no campo educacional, onde o envolvimento em conflito, em muitos casos, decorre do desconhecimento dos limites impostos pelo ordenamento jurídico, propomos a aplicação de um conceito de mediação preventiva que gira em torno da aplicação um plano de formação e informação aos alunos do 2.º e 3.º ciclos, promovendo ainda uma reflexão em torno da mediação resolutiva de conflitos escolares à luz da actual Lei Tutelar Educativa. Por outro lado, no plano comunitário-migratório, a função do Centro passa



por promover um espaço de diálogo institucional entre entidades públicas e privadas na resolução de problemas de índole migratória através de intervenções formativas, informativas e mediadoras. Por último, ressaltaremos a importância da multidisciplinaridade dos agentes envolvidos no processo de mediação como instrumento criador de uma linguagem de conceitos denominadores comuns.

Palavras-chave: Mediação comunitária; Escola; Interculturalidade; Interdisciplinaridade; Linguagem comum.

A Mediação como potenciadora no Espaço Social e Escolar

Marisa Cunha & Ana Maria Silva (Juventude Cruz Vermelha; Universidade do Minho, Portugal)

mary.ffc@gmail.com

anasilva@ie.uminho.pt

A presente comunicação espelha o trabalho desenvolvido entre outubro de 2013 e junho de 2014 no âmbito do estágio académico do Mestrado em Educação, área de especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação. Integrado num Projeto da Juventude Cruz Vermelha de uma delegação local, a nossa intervenção teve especial enfoque numa Escola EB 2,3 de um Agrupamento Vertical. A fim de potencializar a relação da escola e da comunidade cigana através da promoção de estratégias de interação e comunicação, da criação de uma relação dialógica assente no diálogo e na confiança, a mediação torna-se num processo facilitador e potenciador de comunicação. Neste sentido, privilegiamos a mediação intercultural numa vertente socioeducativa, onde definimos como objetivos gerais do projeto, promover a mediação como uma ponte intercultural e promover uma cultura de mediação no contexto escolar. O projeto assentou numa metodologia do tipo qualitativa com enfoque na metodologia de investigação-ação, nascendo a partir da prática estimulada por uma indagação contínua a fim de conhecer, compreender e potencializar a práxis da mediação num contexto específico. Ao nível do impacto do projeto, os dados recolhidos e analisados relevam-nos uma resposta bastante satisfatória e surpreendente quanto à adesão, aceitação e resultados do projeto desenvolvido. O número de participantes – alunos envolvidos nas



atividades revela a satisfação dos alunos face ao projeto (9 turmas do 5º ano de escolaridade). Estes, docentes e encarregados de educação, reconhecem-lhe o carácter positivo e educativo e compreendem que têm junto da escola a responsabilidade, enquanto alunos e cidadãos, pela promoção de um ambiente de aprendizagens dos conflitos numa perspetiva construtiva, inovadora e criativa.

Palavras-chave: Mediação; Interculturalidade; Inclusão.

Ser (se) Diferente é Ser (se) Humano – Construção de uma cultura de participação colaborativa no processo Educativo num contexto escolar

Ângela Gomes (Universidade do Minho, Portugal)

angela55479@gmail.com

A promoção da Mediação, enquanto processo comunicativo e educativo, visa desenvolver competências relacionais e afetivas, promover a gestão e regulação das relações interpessoais e a conseqüente melhoria do clima relacional do espaço escolar. Assim, apresenta-se como uma das respostas adequadas à diversidade de alunos a frequentar a escola pública, potenciando a intervenção socioeducativa. A investigação/intervenção ação segue a metodologia de estudo de caso, com a utilização de diversas técnicas de recolha (análise documental, observação não participante, entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionários) e análise de dados (análise de conteúdo e procedimentos estatísticos). O projeto visa a elaboração e implementação de um dispositivo de Mediação de Conflitos em duas turmas, no ano letivo de 2013/2014: uma turma de 6ºano de escolaridade e uma turma de um curso de educação e formação de nível 2, numa escola urbana do concelho de Braga. A intervenção tem como objetivos gerais: criar um espaço/oficina de mediação composto pelos diferentes agentes educativos; (equipa de mediação escolar); promover um clima de diálogo, de confiança, de identificação e de segurança na comunidade escolar; e aproximar os pais para a importância do processo de formação e de educação ao longo da vida pela valorização pessoal. O presente dispositivo é constituído por dez sessões práticas de intervenção (iniciais), sendo desenvolvidas semanalmente, com a duração de 90 minutos. As sessões planificadas visam o desenvolvimento de diversas problemáticas articuladas sob



diferentes objetivos, com recurso a uma metodologia participativa. Torna-se crucial consciencializar os alunos e promover a sua reflexão e autorreflexão sobre os comportamentos adotados. Em síntese, e tendo por base o contexto em estudo, apesar de todos os constrangimentos externos, situações de imprevisto, barreiras na comunicação, características pessoais, sociais e culturais, concluímos, com base nas aprendizagens realizadas, que o balanço é significativamente positivo, tendo em conta a tomada de conhecimento, o esforço e empenho na reflexão das temáticas abordadas, bem como a articulação e transferibilidade das problemáticas abordadas com situações do dia a dia, por parte de alguns intervenientes. Denota-se, igualmente, um esforço para a alteração de alguns comportamentos que foram alvo de reflexão e diálogo no grande grupo. Ambos os grupos/turmas, após a intervenção, reconhecem o papel principal da Mediação quer na resolução de conflitos, quer na construção de uma convivência saudável.

Palavras-chave: Mediação; Diferenciação curricular; Regulação emocional; Diferença; Conflito.

A arte como metodologia de intervenção social – uma breve análise do projeto “Refúgio e Arte: dormem mil cores nos meus dedos”

Priscila Soares da Silva (Universidade do Minho, Portugal)

priscilarosossi@gmail.com

Na tese de Platão, defendida por Herbert Read – um dos pioneiros nos estudos sobre a educação pela arte - a arte deve ser a base da educação. Assim, elas são indissociáveis e devem ocupar papel importante no processo de inclusão e servir como ferramenta de sociabilização contributiva à afirmação do sujeito. Este artigo pretende pensar a arte como um método, um meio, e não um produto fim. Por isso, pretende-se analisar a importância da arte enquanto prática de inclusão social, pois, assim como a educação, ela tem o poder de encorajar o desenvolvimento individual ao mesmo tempo em que restaura a sua unidade social. Pensando além do campo da formação do homem, ela também tem o poder de reinserção, num processo de aproximação e integração. Para tal, irei fazer uma breve análise do projeto *Refúgio e Arte: Dormem mil cores nos meus*



dedos, do Conselho Português para os Refugiados (CPR), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian no programa PARTIS (Práticas Artísticas para a Inclusão Social). Através das artes plásticas, o projeto visa integrar cerca de 40 jovens refugiados e requerentes de asilo em Lisboa, entre os 14 e os 18 anos, que chegaram a Portugal sozinhos. Segundo o relatório divulgado em junho de 2017 pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), no final de 2016 ‘cerca de 65,6 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar as suas casas por diferentes tipos de conflitos, violência e perseguição’. A pesquisa também revelou que 75.000 pedidos de asilo foram efetuados por crianças não acompanhadas ou separadas dos seus pais. Alguns destes jovens nunca tiveram a oportunidade de frequentar uma escola ou conhecer algum tipo de prática artística, por isso, o CPR utiliza a arte como apoio à concentração e desbloqueio de certos aspectos da comunicação. Existe uma abordagem terapêutica e uma parte de apoio na aprendizagem do idioma e a sua inclusão na sociedade portuguesa, possibilitando a abertura do homem com a linguagem. “Todo o mundo está de acordo acerca do papel da arte para reencantar o mundo”, a questão é “ver como o reencantamento intervém concretamente no desenvolvimento social, na redução das injustiças e desigualdades e na luta contra a exclusão” (Sauquet citado por Faria, Garcia, Fonteles & Baron, 2009, p. 21). Utilizarei uma metodologia qualitativa, através de análise de fontes documentais e observação direta/indireta de vários contextos do uso da arte como metodologia de intervenção da ação, respondendo a princípios teóricos que transitam por temas como educação, práticas interculturais, arte e inclusão social. Com isso, acreditar-se-á que as múltiplas linguagens artísticas permitir-nos-ão valorizar a diversidade cultural e a diversidade individual, promovendo as inteligências múltiplas, inserindo estes jovens na comunidade escolar e na sociedade portuguesa. Na proposta da ação, seria possível mudar as relações interculturais, ao combater o racismo e a exclusão social.

Palavras-chave: Arte; Mediação; Inclusão social; Práticas interculturais.

Negociação de conflitos em organizações públicas: contribuição da Comunicação Não Violenta

Marialva & Vanessa Fraga (Universidade Regional de Blumenau, Brasil; Universidade do Minho, Portugal)



marialvatomio@yahoo.com.br

vanessafragas@gmail.com

Negociar é buscar um relacionamento duradouro e positivo, visando acordos de parceria (Lewicky, Joy; et all 2002). Um conflito (Barter, 2011) - qualquer conflito - não é indesejável nem perigoso. O perigo não reside no conflito em si, mas na ignorância ou tentativa de repressão. Faz sentido abordar o conflito através do diálogo, e não através de punição ou julgamento. Neste contexto, a Comunicação Não Violenta - CNV ajuda a reformular a maneira pela qual se expressa e se ouve durante um diálogo de negociação por meio, principalmente, da empatia (Rosenberg, 2005). Em organizações públicas, os conflitos sugerem que a negociação geralmente envolve os stakeholders, como os servidores públicos, em diálogos sobre a operacionalização do trabalho, delegação de atividades, entendimentos quanto às normatizações dos benefícios, atendimento ao público, entre outros. A intenção deste ensaio teórico é apresentar uma revisão que aborde a temática da negociação em organizações públicas, oportunizando uma reflexão conjunta para a solução de questões, a partir da comunicação empática. A hipótese é que a negociação deve buscar o equilíbrio entre transparência e proteção da confidencialidade dos diálogos. O método busca o entendimento intersubjetivo do conflito, reconhecendo como êxito da mediação até mesmo o processo que tenha sido concluído sem ajuste, desde que tenha perpassado pelo diálogo entre os participantes (Habermas, 1984). Neste sentido, a contribuição da CNV se refere a redefinição da relação conflitiva ao invés da simples busca de elementos para a sua resolução. Envolve uma reflexão com autorresponsabilização usando habilidades de comunicação empática.

Palavras-chave: Negociação; Conflitos; Comunicação não violenta.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Eixo Temático

NOVOS DESAFIOS NA EUROPA



Sessão I – Novos desafios na Europa

Diretrizes e desafios da política Europeia de promoção da mediação de conflitos

Elisabete Pinto da Costa (Universidade Lusófona do Porto, Portugal)

elisabete.pinto.costa@gmail.com

Na comunicação a apresentar pretendo desenvolver uma análise cronológica e crítica da política europeia de incentivo à mediação na resolução de conflitos. A partir da década de noventa, a visão da Europa como espaço de livre comércio foi dando lugar a uma Europa das pessoas, a Europa dos cidadãos. Com a institucionalização do “Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça” (ELSJ), os Estados membros da União Europeia propõem-se construir um espaço europeu de cidadania, onde a supressão de fronteiras físicas não só potencia a livre mobilidade das pessoas como expõe a diversidade cultural, social e jurídica. Nesse ELSJ visa-se que a liberdade de circulação de pessoas possa ser exercida em condições de segurança e de justiça acessíveis a todos, seja dos cidadãos da União seja de todos aqueles que se encontrem legalmente neste território. O objetivo de assegurar um melhor acesso à justiça, um direito fundamental universal, também reconhecido na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, deverá incluir, na perspetiva europeia adotada, o acesso a modos de resolução de litígios tanto judiciais como extrajudiciais. Neste contexto, como se fundamenta nos textos europeus, a mediação pode proporcionar uma solução extrajudicial rápida e pouco onerosa dos litígios, através de procedimentos adaptados às necessidades das partes envolvidas, tornando-se mais provável que os acordos obtidos por esta via sejam cumpridos voluntariamente e preservem uma relação amigável e estável entre as partes. Estas vantagens tornam-se ainda mais importantes em situações com contornos transfronteiriços. O movimento pela valorização da mediação para a resolução de conflitos na Europa teve início no fim da década de noventa, seguindo a dinâmica que emergira nos Estados Unidos a partir da Pound Conference de 1976, vislumbrando-se desde então a configuração de um espaço europeu homogéneo para a mediação em diversas áreas (civil, comercial, familiar, penal, por exemplo). Assim, através da análise de



documentos comunitários (recomendações, decisão-quadro, livro verde, código de conduta, diretivas), pretendo perscrutar as diretrizes, os objetivos e os desafios da política da União Europeia de promoção da mediação de conflitos, desde a década de 90 até à atualidade, e, conseqüentemente, confirmar o mérito da União no impulso que a mediação necessitava para se afirmar no contexto europeu na prossecução dos direitos fundamentais, da cidadania e da pacificação social.

Palavras-chave: Europa; Política comunitária; Mediação.

BorderLines: Xenophobic Discourses Against Migrants and Refugees in Europe

Snezhina Gabova (Sofia Development Association, Bulgária)

s.gabova@sofia-da.eu

This paper addresses the polarizing impact of the recent migration and refugee flows on the social fabric, bonds and cohesion of communities in Europe, often leading to the emergence of new or deepening forms of inequalities, discrimination and xenophobia. More specifically, the paper analyzes the perceptions, attitudes and societal responses to migrants and refugees in 7 EU countries: Bulgaria, Croatia, Czech Republic, Greece, Italy, Romania, and the UK. The analysis draws on national and comparative studies conducted in 2016 and 2017 on the levels of hate speech incidence, particularly online hate speech against migrants and refugees. The first part of the paper outlines the social and political context in the chosen countries, and then examines the public responses to the migration flows, highlighting the deep-seated cultural and political divides that persist between Eastern and Western European countries. In this respect, three main points are brought forward: one is the effect of the 2008 financial crisis and the resulting austerity policies of increased pressure on public services and personal well-being and increased feelings of alienation and insecurity. Another is the refusal of Eastern and Central European countries to accept migrants, a direct rejection of the principle of European solidarity that has undermined the liberal, multicultural consensus. Finally, the undoubted radicalization of attitudes affected by the growth of fundamentalist terrorism and government reactions to it. This has been exacerbated by and in some cases conflated with the refugee crisis, which has also bolstered support for populist right-wing parties espousing



highly restrictive immigration policies and xenophobic rhetoric. The second part presents the results of research on the scope and scale of online hate speech in the seven countries. The methodology includes media content analysis and social network analysis tools. The research hypothesis was that online hate speech increases around a relevant event and peaks immediately after an unexpected event or immediately before a planned political event, e.g. elections. To test this, select national media sources, including their social media pages (Facebook and Twitter) were monitored with an automated data search algorithm during a 2-month period around a selected event in 2016 and 2017. The most significant findings are as follows: 1) clear evidence of a strong link between negative attitudes towards migrants and the social and economic context on a national level; 2) an increase and clustering of cyber hate around dominating events; 3) refugees and migrants are very often conflated and presented as a homogenous mass of “invaders”; 4) strong evidence of the normalization of xenophobic discourses in mainstream media and by political actors. The third part of the paper presents preliminary conclusions of broader political scope and demonstrates correlations between the levels of online hate speech and narratives of violence against migrants and refugees and other indexes, such as the Press Freedom Index, the Human Development Index, and MIPLEX. The conclusions indicate possible links between levels of xenophobic discourse and success in migrant and refugee integration and other important social, cultural, and economic rankings of the countries included in the study.

Palavras-chave: Hate speech; Migrants; Refugees; Xenophobia.

O acolhimento de refugiados recolocados em Portugal: a intervenção das instituições locais

Paulo Costa, Lúcio Sousa, Rosana Albuquerque, Bárbara Bäckström & Olga Magano
(Universidade Aberta, Portugal)

pmcosta@uab.pt

lucio.sousa@uab.pt

rosana.albuquerque@uab.pt

barbara.backstrom@uab.pt

olga.magano@uab.pt



O afluxo de refugiados à Europa e a implementação de um programa europeu de recolocação é um desafio para a União Europeia, mas também para Portugal, o qual se mostrou bastante recetivo para acolher um elevado número de refugiados, tendo, para o efeito, a Comissão Europeia estabelecido uma quota nacional de 1778 refugiados. Face à ausência de uma tradição histórica de acolhimento de refugiados e à falta de estruturas estatais para o fazer, o programa de recolocação português está largamente fundado na sociedade civil, que independentemente da decisão política se mobilizou para o efeito. Deste modo, o acolhimento dos refugiados recolocados em Portugal foi desenvolvido por um conjunto de organizações caracterizadas pela diversidade institucional e de objetivos e pela dispersão geográfica. Para compreender o modo como este processo está a decorrer, nomeadamente o papel e as práticas das instituições de acolhimento, estamos a realizar o projeto de investigação “Integração de refugiados em Portugal: papel e práticas das instituições de acolhimento”. Neste âmbito, e numa primeira fase, foi aplicado um questionário às instituições envolvidas com o objetivo de perceber quais as suas motivações, como decorreu o processo de acolhimento e que balanço fazem do mesmo, apresentando-se nesta comunicação uma síntese preliminar dos principais dados recolhidos.

Palavras-chave: Refugiados; Migrações Forçadas; Integração; Sociedade Civil.

A Mediação Familiar num Contexto de Vulnerabilidade Social

Susana Monteiro & Filomena Carvalho (Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

susana.monteiro@ipleiria.pt

filomena.carvalho@ipleiria.pt

Não obstante as alterações sociais vivenciadas na e pela família, esta continua a ser, ainda hoje, a célula fundamental da sociedade. Basta para tal atentarmos nos fins que a mesma desempenha, sobretudo, em atenção aos valores da identidade pessoal e social e da segurança, a múltiplos níveis: social, económica, psicológica e emocional. O Direito não é imune a estas alterações e pode e deve, não só acompanhá-las, acolhê-las e, acima de tudo, potenciá-las. Tendo as relações familiares, independentemente da sua forma de constituição, uma natureza essencialmente pessoal e a múltiplos níveis complexa e



visando a estabilidade necessária a relações que se pretendem, na sua essência, duradouras, a mediação surge como uma forma privilegiada de atuação, para a resolução de conflitos familiares. Uma forma que atende às necessidades e interesses das pessoas e que lhes permite assumir, de forma consciente, o controlo do processo e a responsabilidade das decisões que determinam o seu futuro, contribuindo assim para uma sociedade mais solidária, pacífica, acolhedora e justa. É de um caso real, numa situação de conflito no contexto de um “novo” modelo familiar, com o envolvimento de um menor, que caracterizamos como “duplamente” vulnerável porque envolvido num processo de alienação parental, que trataremos nesta apresentação. Considerando a categorização doutrinária de grupos vulneráveis e os pressupostos que lhe estão implícitos, a saber: o de determinados interesses desses grupos sociais estarem comprometidos ou em risco e o da especial debilidade em que se encontram, exigindo a adoção de medidas protetoras - os menores surgem-nos como grupo vulnerável merecedor de tutela específica. Iniciamos com uma breve exposição dos factos, para desenvolvermos uma análise crítica do funcionamento da mediação, enquanto método inter e multidisciplinar, numa situação em que a sua intervenção foi oficiosamente determinada pelo juiz. Questiona-se, assim, a eficácia de um método cuja identidade assenta na voluntariedade da participação das partes e aqui aceite, unicamente, pelo receio que tal recusa implicaria – a institucionalização do filho menor. Destacam-se as principais dificuldades sentidas in praxis pelos mediadores, decorrentes da necessidade do cumprimento dos princípios estruturantes da mediação, com destaque para a isenção e imparcialidade do mediador e a confidencialidade da mediação, garantes da confiança das partes no processo, face ao cumprimento das obrigações judiciais de entrega periódica de relatórios sobre o desenrolar das sessões de mediação. Uma última nota resulta do desafio que constituiu para os mediadores o envolvimento do menor na mediação e a preocupação maior em atender às necessidades de uma criança marcada por um processo de alienação parental que levaram à necessidade de envolver no procedimento, técnicos de diferentes áreas do saber e do conhecimento. Concluimos com uma referência aos atuais e diversificados contextos familiares no seio da sociedade contemporânea, impondo uma análise da família, enquanto realidade social que coloca redobrados desafios à mediação de conflitos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Mediação; Contexto multidisciplinar.



A União Europeia: Desafios, Vulnerabilidades e Cidadania

Susana Monteiro (Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

susana.monteiro@ipleiria.pt

A união da Europa é uma ideia e uma construção artificial. Uma ideia que se tornou realidade e que conta hoje, com mais de 60 anos de funcionamento. Garante da paz, da estabilidade e da prosperidade da Europa pós II GM, esta União vê-se, hoje, confrontada com novos e redobrados desafios. Desafios de uma União cada vez mais heterogénea, a braços com problemas e vulnerabilidades várias que implicam uma certa indefinição quanto ao seu futuro e com implicações claras na e para a vida dos cidadãos. Vulnerabilidades políticas internas, decorrentes: de um ceticismo generalizado em relação ao rumo e à fisionomia da União; dos egoísmos e egocentrismos nacionais (tão presentes em algumas atitudes recentes a propósito da crise dos refugiados), e da crise de credibilidade que o processo de integração sofre junto dos cidadãos. Vulnerabilidades políticas externas, decorrentes da (in)segurança global da Europa, assolada pela constante ameaça e ataques terroristas. Vulnerabilidades económicas, acentuadas pela crise económico-financeira mundial e a excessiva preocupação com a contenção orçamental e o deficit público com consequências diretas e profundas na qualidade e nível de vida dos cidadãos. Destas, resultam as vulnerabilidades sociais, realçando o carácter ainda embrionário e secundário da dimensão solidária da política europeia. Mas todas estas vulnerabilidades não podem conduzir ao desmembramento da unificação europeia, antes devem aumentar a nossa determinação e convicção neste processo sem paralelo na história da humanidade. Assim, para fazer face a estes desafios é imperioso reforçar a dimensão política e personalista da União. É necessário aproximar e reconciliar a União com as pessoas, com os seus cidadãos, construindo uma verdadeira União dos cidadãos, com os cidadãos e para os cidadãos! Cidadãos que, embora parte integrante e beneficiários diretos de todo este processo, têm permanecido indiferentes e alheados das grandes questões da construção europeia. Hoje, mais do que nunca, nos mais de 60 anos de integração europeia, importa envolver ativa e eficazmente os cidadãos no devir da União. Impõe-se desenvolver um novo conceito de cidadania – ativa e participativa. Para tal e como não há exercício de cidadania sem participação e não há, nem pode ou



deve haver, participação sem conhecimento, tal como não há conhecimento sem informação (correta e credível) defendemos a necessidade de desenvolver uma verdadeira política de informação e de comunicação, com o envolvimento de todos - Estados, instituições, cidadãos, meios de comunicação social. Importa sensibilizar os cidadãos para a construção europeia e a importância que esta assume para a Europa e para o mundo pois só com cidadãos informados pode haver cidadãos ativos e participativos. E sendo a UE uma organização de Direito, essa participação é condição e garantia essencial ao seu bom funcionamento. Para fazer sentir a sua presença e intervir no mundo global em permanente e acelerada mutação, a União tem que ser mais forte e mais unida e para que tal aconteça necessita de se centrar nas pessoas, nos seus cidadãos, naquilo que são as suas preocupações, aspirações e necessidades.

Palavras-chave: União Europeia; Desafios e vulnerabilidades; Europa dos Cidadãos; Cidadania ativa e participativa.

Sessão II – Novos desafios na Europa

Narrativas mediáticas sobre “fronteiras” na Europa: dinâmicas de inclusão e exclusão

Marta Martins & Helena Machado (Universidade do Minho, Portugal)

martamartins@ics.uminho.pt

hmachado@ics.uminho.pt

No epicentro das narrativas que construíram a União Europeia surgiu a ideia de uma “sociedade sem fronteiras” e da “livre circulação de pessoas e bens”. Contudo, as mais recentes políticas securitárias tendem a convergir para o controlo da circulação de indivíduos e populações considerados de risco. À ideia de “sociedade sem fronteiras” contrapõem-se práticas políticas e policiais de delimitação de fronteiras, nem sempre coincidentes com fronteiras territoriais ou com espaços tradicionais associados ao



conceito jurídico de Estado-Nação. A presente comunicação baseia-se num estudo de notícias publicadas na imprensa de cinco países, nomeadamente Portugal, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, cobrindo o período 1990-2017. Uma amostra de cerca de noventa notícias foi sujeita a análise crítica de discurso, visando-se identificar e analisar as associações realizadas em torno da palavra “fronteira”. Argumentamos que as narrativas mediáticas sobre “fronteiras” na Europa podem instigar uma cultura de (in)segurança pela qual estas são concebidas como marcadores territoriais que se pautam por dinâmicas de inclusão e exclusão realizando uma diferenciação simbólica entre “nós” e “outros”.

Palavras-chave: Europa; Media; Fronteiras.

Proteção de dados e privacidade na sociedade da vigilância – que rumos para uma Europa mais inclusiva?

Sara Matos & Helena Machado (Universidade do Minho, Portugal)

saramatos@ics.uminho.pt

hmachado@ics.uminho.pt

A cooperação policial e judicial na União Europeia tem assentado crescentemente na partilha transnacional de dados biométricos, nomeadamente, de perfis genéticos e dados pessoais com o objetivo de combater a criminalidade. Neste contexto, uma Europa mais inclusiva e intercultural confronta-se com uma ampla diversidade de legislação e regulação. Diferentes Estados-Membros possuem diferentes regimes de proteção de dados e de privacidade, em paralelo com a ausência de uma política transnacional que permita acomodar diferentes sensibilidades nacionais perante as tensões e dilemas do balanço entre segurança e proteção de direitos humanos fundamentais. A presente comunicação baseia-se num estudo que visa mapear os principais desafios que se colocam aos direitos humanos no campo da proteção de dados e da privacidade. Procedeu-se a uma análise documental de relatórios produzidos por organizações de defesa dos direitos humanos e por instituições que promovem a partilha de dados pessoais para fins de investigação criminal. Uma Europa mais inclusiva e intercultural confronta-se com discursos que legitimam sistemas tecnológicos de partilha de dados



através da neutralização das diferenças legais, culturais e políticas entre os países a partir de regulações europeias que estabelecem um standard mínimo para a privacidade e a proteção de dados. O contributo desta comunicação passará pela reflexão sobre os riscos para os direitos humanos criados pela partilha de dados pessoais, bem como sobre questões de privacidade, transparência, proteção dos direitos humanos, cidadania e democracia.

Palavras-chave: Privacidade; Vigilância; Direitos humanos; Proteção de dados.

Follow-up da mediação na Europa e em Portugal

Cátia Cebola & Lurdes Mesquita (Instituto Politécnico de Leiria; IPCA, Portugal)

catia.cebola@ipleiria.pt

lvarregosomesquita@gmail.com

A Directiva 2008/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2008, relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial, deu o foco de luz necessário para que a implementação da mediação ganhasse um novo ímpeto no espaço comunitário. Na verdade, a referida Directiva obrigou a que todos os Estados-Membros estabelecessem ou atualizassem a regulação legal da mediação nos seus ordenamentos jurídicos. Um estudo da Comissão Europeia, de 2016, relativo à avaliação do impacto da Directiva 2008/52/CE (COM|2016| 542 final), indicava que quatro Estados-Membros adotaram pela primeira vez normas reguladoras da mediação e que nove outros Estados tiveram que inserir alterações substanciais aos seus sistemas de mediação, uma vez que assentavam num modelo de auto-regulação. Contudo, após um período de entusiasmo e aparente florescimento, a mediação parece viver um estado de hibernação, com poucos sinais de querer acordar do seu sono de inverno. Um estudo de 2014, solicitado pelo Parlamento Europeu e organizado pela Direcção Geral de Política Interna da UE (DOI: 10.2861/48823), com base na recolha da opinião de 816 mediadores e peritos nesta área, revelava que a mediação ainda era usada em menos de 1% dos casos no espaço europeu. Com exceção da Itália (Estado que, muito por força da obrigatoriedade da mediação em algumas matérias, evidenciava um número de mediações superior a 200.000 por ano), somente três Estados-Membros (Alemanha, Holanda e Reino Unido) indicavam que a



mediação era aplicada em mais de 10.000 casos. Em treze Estados (46% da UE), nos quais se inclui Portugal, a mediação era aplicada em menos de 500 casos. Por sua vez, no ordenamento jurídico português, os marcos legislativos relativos à mediação revelam um Estado empenhado em criar uma nova arquitetura da Administração da Justiça, assente na construção de um sistema extrajudicial multifacetado no que concerne aos mecanismos de resolução de litígios. A forma como foi sendo introduzido o regime da mediação em Portugal, desde os Julgados de Paz até à atual Lei da Mediação, permite assinalar que o nosso ordenamento interno correspondeu na criação dos instrumentos legais capazes de auxiliar os cidadãos da tutela efetiva dos seus direitos. Porém, os dados sobre a utilização da mediação em procedimentos concretos e a consequente eficácia da mediação na resolução de litígios revelam um mecanismo ainda distante dos resultados ideais pretendidos, como se visa demonstrar na nossa comunicação. Pretende-se, assim, fazer o ponto da situação relativo à aplicação da mediação no espaço comunitário, em geral, e em Portugal, em especial, percebendo-se quais as melhores práticas implementadas, por forma a se poder propor medidas de difusão da mediação, contribuindo-se para uma efetiva cultura de paz social.

Palavras-chave: Mediação; Europa; Portugal

A mediação em ciência: sugestões para um guia prático

Emília Araújo & Juliana Barbosa (Universidade do Minho, Portugal; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)

emiliararaujo@gmail.com

uliana.rangel@ifrn.edu.br

Existem múltiplos estudos sobre a colaboração em ciência, bem como acerca do interesse em aprofundá-la e reforçá-la, tanto do ponto de vista individual, como coletivo, envolvendo empresas, entidades governamentais, universidades e centros de investigação. A maior parte desses estudos enfatiza os benefícios da colaboração, propondo a elaboração e a prática de formas colaborativas de produção e disseminação do conhecimento que são consentâneas com o projeto de desenvolvimento da ciência num plano global e estrutural. Para esta visão da ciência concorrem diversas abordagens e posturas dos atores envolvidos, incluindo os próprios investigadores. Entre outras



vantagens salientadas da colaboração, está o encurtamento dos tempos de produção e aplicação de resultados científicos. Os próprios programas de apoio à investigação na Europa encontram-se imbuídos deste espírito de colaboração, que acaba por ser valorizada no elenco de indicadores de avaliação. Com efeito, Bozeman & Corley (2004) estudaram as estratégias de colaboração dos investigadores em contexto americano e concluíram que a colaboração entre os cientistas tende a começar de forma informal – ligada à proximidade física proporcionada por algum evento científico, sendo que ela se reforça depois pela repetição desses contactos. Ainda Parker e Bozeman, referindo-se aos comportamentos de colaboração nas áreas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), falam do papel da confiança e da forma como a mobilidade física pode potenciar o estreitamento de ligações importantes para a geração de ideias e génese de processos e projetos novos. Lee & Bozeman, tentaram ainda mostrar a relação entre colaboração e produtividade, argumentando que elevados índices de colaboração conduzem a mais elevados índices de produtividade. Entretanto, perante a sedimentação destas ideias na comunidade científica, surgem hoje e continuamente vários dilemas na afirmação e na concretização dos projetos colaborativos que põem em relevo dimensões mais pragmáticas e práticas dessa colaboração e deixam transparecer a importância que as dimensões de ordem cultural têm na constituição dos terrenos de colaboração em ciência. Dimensões que pela sua natureza são enormemente constitutivas dos contextos de trabalho de trabalho em ciência e podem revelar-se mecanismos de facilitação ou de impedimento da própria colaboração, ou, pelo menos, de um tipo ideal de colaboração. Nesta comunicação pretendemos elencar e problematizar algumas destas dimensões a partir da releitura de alguns dos resultados de pesquisas realizadas no contexto das carreiras e mobilidade em ciência, perspetivando a construção de um guia prático sobre as questões principais que se colocam hoje nos domínios da interculturalidade e mediação na área da ciência na Europa e no mundo e as quais remetem para novos modos de relacionamento entre elementos políticos e legais. Além da informação recolhida e tratada no âmbito de pesquisas das autoras, será considerada uma análise aos discursos da comissão europeia sobre o eixo da colaboração em ciência.

Palavras-chave: Colaboração; Mediação; Ciência; cultura; Interculturalidade.



A crise económica e financeira e o desafio da Estratégia Europa 2020: o impacto das políticas de austeridade como paradoxo de uma política de bem-estar social e de coesão social e económica na imprensa económica

Mafalda Lobo (Universidade do Minho, Portugal)

mafalobopereira@gmail.com

A história europeia teve vários momentos-chave: a primeira preocupação era a paz (pós II Guerra Mundial); a segunda, a concorrência internacional (economias americana e japonesa – que levou à definição da agenda do mercado interno); nos fins dos anos 80 do século passado, com a emergência da globalização (que começou do lado dos mercados financeiros), o problema passou a ser a resposta a essa lógica da globalização financeira, o que passaria por dotar a Europa de uma moeda única, que foi lançada no início deste século. A estratégia de resposta à globalização surge nesta altura, visando garantir que a Europa podia sustentar o seu modelo de desenvolvimento, de bem-estar social, num contexto de globalização o que não era fácil. A Europa por razões históricas conseguiu construir um modelo económico-social, mais equilibrado e avançado em relação aos outros continentes. O problema que se colocou no ano 2000, foi o de saber como projetar este modelo no futuro sem que seja posto em causa, com a globalização. A Europa adota assim uma estratégia que ficou conhecida como a Estratégia de Lisboa. Foram dez anos de sucessos e alguns insucessos. Outro momento-chave da história da União Europeia, acontece em 2007, com a adoção do Tratado de Lisboa, que desenvolveu um conjunto de instrumentos, ligados por exemplo, ao serviço de ação externa - diplomacia europeia. Emerge nesta altura a crise financeira de 2008, que surge como uma nova fase, e em 2010 é adotada uma nova Estratégia - a Estratégia Europa 2020. A Europa 2020 surge numa conjuntura de crise económica europeia, com o intuito de preparar a economia da UE para a próxima década. Mantendo a visão da Europa do conhecimento, a nova Estratégia apresenta um novo tipo de crescimento, e estabelece como prioridades: Crescimento inteligente (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação); Crescimento sustentável (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva) e Crescimento inclusivo (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial). O objetivo deste trabalho é perceber até que ponto, a crise económica e financeira que deflagrou em 2008, e que se estendeu a toda



a Europa, não representou um retrocesso no desenvolvimento das políticas sociais na Europa, quando optou por uma abordagem neoliberal no combate à crise, dando prioridade ao crescimento económico. A estratégia ligada às políticas de austeridade seguidas pela União Europeia no combate à crise, sobretudo dos países do Sul, teve consequências sociais graves que podem abordadas neste contexto. Através da análise da imprensa económica portuguesa, vamos analisar o impacto dessas medidas nas sucessivas avaliações da intervenção da troika no período 2011-2014, que afetaram vários setores e grupos da população na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Crise económica e financeira; Estratégia Europa 2020; Austeridade; Imprensa económica.

Sessão III – Novos desafios na Europa

Da arte aos museus: desafios para uma reinvenção da Museologia na Europa

Gabriela Brandão (Université Paris 8, França)

gabi_mab@hotmail.com

A diversidade cultural foi um vetor incontornável no desenvolvimento das políticas dos Ministérios da Cultura na França e no Brasil. Como esse debate se popularizou no mundo e como foi apropriado pelos países em questão? A fundação da Unesco, em 1945, foi emblemática para internacionalizar uma conversão epistemológica da obsoleta visão de cultura como símbolo de erudição para a aceção de matriz antropológica, calcada na premissa de que os seres humanos são biologicamente semelhantes e que é a cultura que lhes marca diferenças. Essa visão positiva da diferença serve de pano de fundo para uma mobilização capitaneada pela Unesco para mitigar a homogeneização cultural desencadeada pelo capitalismo neoliberal, consagrando a aprovação de importante instrumento normativo, a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989). Uma rica gama terminológica populariza noções como “tradição”,



“autenticidade”, “diversidade” e “patrimônio imaterial”. Nos anos 1990, o debate da cultura enfatiza a pauta atrelada ao “desenvolvimento” e o tema da diversidade aparece contrastado aos imperativos da desigualdade social. Em paralelo, a disseminação das novas tecnologias e a explosão dos fluxos informacionais fomentam a globalização cultural, selando cenário de desequilíbrio entre controle e acesso da produção simbólica mundial. O mundo se mobiliza pela preservação das identidades e culturas regionais e uma onda “universalista” passa a influenciar as diretrizes nacionais em favor das culturas locais, incorporadas nas políticas de defesa das minorias. Outros importantes instrumentos atualizam o tema, como a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a Convenção pela Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) – as duas últimas portando eficácia legal e selando a consolidação do tema na pauta do Direito Internacional. O Ministério da Cultura francês teve papel incontornável neste debate. Nos anos 1990, presidiu movimento de envergadura pela conversão do conceito de “exceção cultural” para “diversidade cultural”, mais afirmativo e abrangente, contando com apoio de 24 países. O tema serve de mote para sustentar a descentralização cultural e o fim do estado tentacular francês, em prol das identidades locais, sem negligenciar que os direitos culturais figuram entre os princípios basilares dos Direitos Humanos. O Brasil, como a França, é signatário dos instrumentos transnacionais acima evocados. A Constituição brasileira (1988) ratifica a importância dos direitos culturais e a responsabilidade do Estado em garantir a proteção das culturas populares - em especial ameríndias, afrodescendentes e de grupos sociais minoritários –, sem negligenciar que faz precoce menção ao patrimônio imaterial. Desde 2003, sob o mandato do ministro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura brasileiro conta com uma Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, incontornável na idealização de uma série de políticas assertivas, como o Programa Cultura Viva, que suscitou a articulação de uma verdadeira cartografia das iniciativas culturais populares, tradicionais ou ligadas a grupos minoritários espalhadas pelo território brasileiro. Sendo assim, qual é a importância do debate da diversidade na atualidade e em que medida essa pauta pode servir de instrumento de mediação social e intercultural na França e no Brasil?

Palavras-chave: Diversidade cultural; Ministérios da Cultura; França; Brasil.



Direito de Autor e Direitos Conexos na União Europeia: Um monólogo legal?

Inês Coelho (Universidade do Minho, Portugal)

insclh@gmail.com

Quem é o autor de um filme para a lei nos diversos países da UE? E de um programa televisivo? Existem diferenças na autoria destes dois media para a legislação? E entre estes países? Aquilo que se tem vindo a constatar com esta investigação, incluindo-se nela a procura pelas respostas a estas questões, é que existem disparidades tidas como relevantes entre os diversos países da UE. Mesmo sendo regidos pelo mesmo sistema legal (Direito Civil, o que inclui o Direito de Autor e Direitos Conexos) e terem estabelecido diretivas de harmonização entre eles, ainda existem diferenças consideráveis. Diferenças essas, que não se aproximam nem da realidade social nem da realidade industrial destes dois media. Uma conclusão a que se chegou após um estudo intensivo dos Estudos Fílmicos, Televisivos, dos processos de produção de obras audiovisuais e funcionamento das respetivas indústrias, Sociologia dos Media e restantes áreas que abordam os comportamentos de consumo de obras audiovisuais por parte da sociedade, onde se inclui Ciências da Comunicação, Estudos Culturais, Psicologia, Marketing e Publicidade, entre outros. O que levantou novas perguntas: será que a legislação construiu a sua própria visão e realidade do que é cinema e televisão, de quais os procedimentos da sua produção e como devem ser protegidos? Ou se por outro lado, esta divergência estará ligada ao facto de a base legal de muitos destes países ter estagnado há décadas? Ou mesmo a ambos? É possível que um dos principais problemas resida na noção de autoria, ou seja, a base do sistema legal de Direitos de Autor e Direitos Conexos. Isto porque, apesar da definição de autor ser praticamente universal entre a legislação dos diferentes países, mesmo daqueles que se regem por outro sistema legal (Copyright), o mesmo não se pode dizer dos autores que são eleitos por cada um deles. Cada país apresenta profissões distintas, tidas como autorais para uma obra audiovisual, o que pode estar a trazer consequências artísticas, culturais e económicas em diversos países da UE. O nosso objetivo é expor a situação legal na UE e alertar para a necessidade da sua atualização e harmonização, tendo em conta os efeitos causados na sociedade e na arte, especialmente nos países com pequenas indústrias e poucos meios para a criação de obras audiovisuais.



Palavras-chave: Cinema; Televisão; A autoria; Direito; EU.

Os fornecedores de Internet em Portugal e os desafios em relação à Agenda Digital para a Europa

Marina Polo (Universidade do Minho, Portugal)

marina@marinapolo.com

Através da iniciativa Ligar Portugal, o país estabeleceu, em 2005, uma das metas enquadradas na agenda Portugal Digital 2010, que consistiu na ampliação do número dos utilizadores de Internet banda larga. Entre os objetivos da Agenda Digital para a Europa (2010-2018) consta reduzir para metade a percentagem da população que nunca utilizou a Internet. Estes exemplos servem para contextualizar que as iniciativas de ampliação dos utilizadores de Internet implicam, na sociedade capitalista contemporânea, no aumento do número de contratos de prestação de serviços relativos aos serviços de comunicações. Fato é que para que haja qualquer tráfego de dados em um dispositivo de comunicação será necessária uma entidade intermediária responsável por fornecer essa ligação. O fornecimento de acesso à Internet é um serviço de comunicação que está previsto em lei e constitui um serviço público essencial na Europa. Tal serviço é possibilitado através do uso do espectro radiolétrico e da atribuição dos seus usos através de concessões e leilões para empresas do setor privado que passam a ter o direito de uso licenciado. Em Portugal os principais grupos de fornecedores de acesso à Internet são a Altice, a Vodafone e a Nos. Entre os pilares que sustentam a Agenda Digital, e de forma a estreitar a sua relação com o trabalho agora apresentado, está o ponto estratégico da inclusão, que é enfatizado nesta pesquisa através da investigação das práticas comerciais dos fornecedores de Internet em Portugal no que diz respeito ao caráter inclusivo das ofertas de planos de dados ofertados. Objetivamente, o trabalho analisa de que forma tais ofertas podem comprometer os objetivos da Agenda Digital para a Europa em transformar a economia e a sociedade perante os desafios em garantir comunicações melhores, mais rápidas e a preços mais acessíveis. Do ponto de vista metodológico este estudo consiste da consulta documental e de conteúdo das condições gerais de prestação do serviço telefónico móvel e fixo dos principais fornecedores de Internet em Portugal. Para tal, será feita a recolha de dados, através da observação estruturada dos sítios eletrónicos das empresas



fornecedoras de acesso, consistindo na informação disponibilizada pelas mesmas. Serão recolhidos ainda os dados constantes dos sítios para os quais remetem e que funcionam como plataformas específicas de divulgação dos seus planos, pacotes e franquias, atuais e anteriores. Desta forma o trabalho estabelece um diálogo entre as práticas de mercado dos fornecedores de conexão à Internet em Portugal e as diretrizes da Agenda Digital para a Europa, evidenciando os limites do compromisso com uma sociedade digital inclusiva.

Palavras-chave: Agenda digital; Inclusão; Fornecedores de acesso à Internet.

Perspetivas dos professores de uma escola secundária acerca da diversidade cultural

Maria Isabel Pacheco, Isabel Freire & Ana Paula Caetano (Universidade de Lisboa, Portugal)

isabpacheco@sapo.pt

isafrei@ie.ulisboa.pt

apcaetano@ie.ulisboa.pt

A sociedade portuguesa, designadamente nas principais cidades do país, tem-se tornado mais diversa sob o ponto de vista cultural e étnico, fruto de alguns períodos marcantes de migrações recentes. Esta realidade interpela o sistema educativo, as escolas e os professores, a quem se exige uma resposta às mudanças sociais e culturais, garantindo o direito à educação e a um desenvolvimento pessoal e social equilibrado, a todas as crianças, adolescentes e jovens, como está definido na Constituição Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo. Nesta comunicação apresentaremos parte de um estudo realizado numa escola secundária portuguesa multicultural. A comunicação focará as perspetivas dos professores acerca da diversidade cultural e das respostas educativas do sistema educativo a essa diversidade, nomeadamente as da escola e dos professores, a partir de recolha de dados por entrevistas, observação participante e análise documental. A análise dos dados evidencia que os professores reconhecem a diversidade cultural como uma mais-valia para todos, pela riqueza e valor das trocas entre culturas diferentes, o conhecimento de outras realidades, experiências de vida e de trabalho com alunos culturalmente e linguisticamente diversos. Estas vivências profissionais parecem conduzi-



los a uma maior abertura a outras culturas e a sentimentos de mudança pessoal. Segundo os professores, esta realidade social e cultural diversa também se traduz em mais-valias para os alunos, no sentido de um enriquecimento cultural mútuo, no reconhecimento e aceitação da diversidade cultural, no respeito pelas diferenças, na aproximação ao Outro e na promoção da unidade na diversidade, preparando os jovens para a vida futura em sociedades plurais e democráticas. Todavia, os professores revelam uma visão muito crítica das respostas do macro e meso sistemas relativamente à integração e inclusão escolar dos alunos provenientes de outros países e culturas, representações e expectativas baixas relativamente a esses alunos e uma perspetiva crítica muito ténue em relação às suas próprias práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Diversidade cultural na escola; Perspetivas dos professores; Respostas educativas.

A relevância da interculturalidade: rumo a uma prática mais inclusiva em trabalho social

Hélia Bracons & Juan Olivencia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal; Universidade de Málaga, Espanha)

helia.bracons@gmail.com

juanleiva@uma.es

Esta comunicação revisita a necessidade de transformar o multicultural a intercultural e sublinha a sua importância na prática do trabalho social. Tem como referência os dados e alguns resultados de uma Tese de Doutoramento, defendida em 2017, sobre Competência cultural. Conclusões: o trabalho ressalta a realidade desafiadora e a mudança na Europa e em Portugal, no que concerne ao pluralismo cultural, com uma maior presença de diferentes grupos e indivíduos de vários países, resultando em uma necessidade urgente de uma nova atitude perante a diversidade e uma nova conceção da ideia de identidade e também refletir sobre a relevância de uma comunicação cultural que vá ao encontro das pessoas culturalmente diversificadas. Aplicação: a análise sugere a necessidade de novas competências - competências culturais - na prática do trabalho social para garantir um melhor entendimento, uma maior capacidade de negociação,



melhores decisões e, acima de tudo, mais disponibilidade e respeito pelo indivíduo e pelas pessoas.

Palavras-chave: Multiculturalidade; Interculturalidade; Diversidade; Competência cultural.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Eixo Temático

COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL



Sessão I – Comunicação Intercultural

Os Discursos sobre a Exploração da Amazônia no Jornal Português Diário de Notícias

Evelyn Aquino (Universidade do Minho, Portugal)

evycristina@yahoo.com.br

Neste trabalho buscamos analisar alguns textos publicados no jornal Diário de Notícias de Lisboa sobre a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) situada entre os estados brasileiros do Amapá e do Pará, na região amazônica, em relação à decisão do governo federal brasileiro para dissolver esta área com o propósito de torná-la explorável economicamente por grupos empresariais. A problemática do estudo é compreender como se constituíram as práticas comunicativas no jornalismo político sobre a proposta de ampliar o território de exploração econômica da Amazônia. O objetivo da investigação visa identificar e compreender os discursos sobre a Amazônia brasileira pela voz de um dos jornais portugueses de maior audiência e credibilidade neste país, o que nos permite, de certa forma, ampliar essa construção e visão discursiva para outros veículos de comunicação portugueses. A escolha da transformação da área da RENCA para fins de exploração mineral enquanto objeto de estudo se justifica pela grande visibilidade e debate dados ao tema, tanto social como midiático, não apenas no Brasil, mas na comunidade internacional; além da importância atribuída à Amazônia como área de proteção e manutenção dos ecossistemas naturais para a vida global e à crise política que atravessa o Brasil, mais especificamente no Governo Temer, o que tornou o debate e as críticas à medida ainda mais calorosos e polêmicos em todo o mundo. A técnica empregada no estudo dos textos selecionados foi a análise de discurso, seguindo o modelo proposto por Teun A. van Dijk (2005). Foram analisadas quatro matérias veiculadas no site do periódico: Michel Temer veta lei que diminuiria área de preservação na Amazônia (Dia 19/06/2017); Brasil extingue reserva natural de quatro milhões de hectares (23/08/2017); Negociatas políticas ameaçam preservação da floresta amazônica no Brasil (26/08/2017) e Justiça suspende qualquer decreto para extinguir reserva da Amazônia (30/08/2017). O Diário de Notícias foi fundado em 1864, é matutino, tem uma



tiragem média de 16 mil exemplares, circulação média de 17 mil e pertence ao Global Media Group. O veículo teve importante papel de informação em grandes acontecimentos da história de Portugal e é uma referência neste país. Na primeira parte do artigo apresentamos a RENCA e contextualizamos os projetos de exploração da Amazônia nos âmbitos político-econômico e social e as respectivas relações de poder que incidem nesses processos. Em seguida, explicitamos a abordagem teórico-metodológica desenhada para analisar as notícias selecionadas, partindo-se de uma perspectiva da análise discursiva das práticas comunicativas para a construção social de sentidos sobre a temática em questão. Na terceira parte expomos os resultados da análise dos artigos jornalísticos e problematizamos os discursos observados, discutindo suas características a partir do campo da comunicação política. Assim, a leitura midiática portuguesa de questões caras à Amazônia pode contribuir para a construção de diálogo e troca entre Brasil e Portugal nos âmbitos político-económico, social e, sobretudo, da comunicação intercultural.

Palavras-chave: Renca; Discursos; Práticas comunicativas; Amazônia.

O Brasil que há em mim: manifestações da memória social brasileira nas obras de Andrea Brandão para a Exposição (Co)Habitar em Portugal

Patrícia Posch (Universidade do Minho, Portugal)

patriciaposch@gmail.com

Reconhecendo o papel dos equipamentos culturais na construção e disseminação de ideias e discursos, este artigo buscou esclarecer de que forma as obras da artista portuguesa Andrea Brandão na exposição [Co]Habitar, que esteve patente na Casa da América Latina de Lisboa, refletem representações e questionamentos de símbolos da identidade nacional brasileira que foram construídos historicamente. A partir da identificação de diversos pontos de encontro entre os distintos momentos históricos que influenciaram o processo de construção da identidade nacional brasileira e seu reflexo na produções artísticas da artista na exposição em questão, foi possível concluir que não só uma ideia de Brasil de outrora se perpetua em um campo subjetivo no imaginário da



portuguesa, mas também a emergência de novas narrativas que têm na problematização social e no questionamento da supremacia cultural Ocidental o seu ponto mais forte.

Palavras-chave: Identidade cultural; Memória social; Arte Contemporânea; Portugal; Brasil.

A representação da interação entre a enfermeira e a mulher migrante durante a vigilância da gravidez ao pós-parto na perceção da mulher migrante

Maria da Conceição Santiago, Maria Figueiredo & Marta Lima Basto (Instituto Politécnico de Santarém; Escola Superior de Enfermagem do Porto; Universidade de Lisboa, Portugal)

mcfs65@gmail.com

henriqueta@esenf.pt

mlimabasto@netcabo.pt

Quando a maternidade acontece num contexto migratório, as mulheres migrantes tendem a recorrer menos aos serviços de saúde o que conduz ao aumento das situações de risco e patologias. A influência cultural do país de origem assume contornos específicos, refletindo-se nas atitudes e comportamentos de saúde das mulheres migrantes. Os cuidados de saúde oferecidos no país recetor tendem a não dar resposta às expectativas e necessidades de saúde das mulheres migrantes, apontando-se como razões a barreira da língua, a falta de conhecimentos e de hábitos de vigilância de saúde durante a maternidade e não serem compreendidas ou mal interpretadas nos seus costumes, justificando-se a procura de práticas de cuidados de enfermagem mais ajustados às necessidades da mulher migrante. Com o estudo pretendeu-se desenvolver uma teoria fundamentada nos dados, compreensiva do modo como a mulher migrante vivência a interação com a enfermeira durante a vigilância da gravidez ao pós-natal, em contexto de saúde português. Estudo qualitativo com recurso à Grounded Theory na perspetiva construtivista de Charmaz (2014); foram realizadas 30 entrevistas em profundidade a mulheres migrantes grávidas aos 6 meses pós-parto (oriundas de vários países), em Unidades de Cuidados de Saúde Primários, após aprovação da Comissão de Ética para a Saúde ARSLVT. Do processo em estudo, emergiu a Core category Construindo a confiança (dando suporte afetivo), reconhecendo-se a confiança como um sentimento



que se adquire com a familiaridade ou por interações frequentes com a mesma enfermeira, num contexto de cuidados de saúde maternos, onde “Receando mostrar aquilo em que acredita”, “Interagindo” e “Recorrendo primeiro à enfermeira para obter ajuda” atribuem significado encadeado, que culmina no posicionamento da confiança construída entre a mulher migrante e a enfermeira, onde o suporte afetivo disponibilizado se evidencia. Numa relação, influência e grau de proximidade dos eixos conceituais surgidos empiricamente, dois subprocessos foram identificados: Vivendo como migrante, numa visão de Contexto, que dá significado à migração como opção de vida, tornando visível motivos para se decidir emigrar, planeamentos e imposições que acompanharam as circunstâncias desencadeadoras da mudança de país para se viver; Experienciando a maternidade, numa visão de Processo, representa aspetos que circunscrevem a vivência da maternidade num contexto migratório, reproduzidos nas dimensões “Gerindo o quotidiano”, “A rede de apoio”, “Manifestando a influencia cultural de origem” e “Identificando significados à assistência de saúde pré-natal ao pós-natal portuguesa”. Dimensões estas, que se conjugam, acompanham e influenciam o percurso de vida da mulher migrante e, que num contexto de cuidados de saúde, podem determinar o “estar” da mulher migrante nas interações que irão sendo estabelecidas com a enfermeira durante a vigilância pré-natal ao pós-natal. Num processo dinâmico de fatores facilitadores e condicionantes da interação entre mulher migrante e enfermeira para a partilha e satisfação das suas necessidades de saúde, manifestam-se as necessidades de acolhimento, de aceitação, de ser respeitado e compreendido durante os momentos de interação com o enfermeiro, necessidades estas, associadas à natureza da situação que a grávida/mãe leva para as consultas de enfermagem, suas características culturais e de personalidade, mudanças, reajustes e dificuldades de diversa ordem.

Palavras-chave: Mulher migrante; Cuidados de enfermagem na gravidez e pós-parto; Interação.

Diálogo intercultural e relações intergrupais na Europa: contributos dos Estudos Culturais e da Psicologia Social

Julia Alves Brasil & Rosa Cabecinhas (Universidade do Minho, Portugal)

juliaalvesbrasil@gmail.com



cabecinhas@ics.uminho.pt

A “crise dos refugiados”, o Brexit, o incremento do “discurso de ódio” na esfera pública e de partidos da extrema-direita na Europa são fenômenos que remetem para as tensões, contradições e complementaridades entre o local e o global, entre a valorização da diversidade cultural e o fechamento de determinados grupos em si mesmos. Se por um lado a valorização daquilo que é local e também a valorização da diversidade dentro das próprias culturas podem se configurar como possibilidades de combate a ideologias racistas e homogeneizadoras, por outro lado, elas também podem levar a localismos, conduzindo, ainda, à (re)produção de estereótipos negativos e de práticas discriminatórias dirigidas a diferentes Outros. Assim, diante das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas, sobretudo, nos últimos dois séculos, vivemos num momento de pluralização das identidades nacionais e supranacionais. Momento este que nos convoca a refletir sobre como queremos e devemos (re)agir: a partir do erguimento de muros ou da construção de pontes? Momento em que nos cabe pensar sobre como a Europa, enquanto grupo supraordenado de pertença, se coloca neste cenário contemporâneo: como um espaço de possibilidade de existência de diálogo intercultural ou como um espaço de intensificação de assimetrias de poder e de mera tolerância dos diferentes Outros que fazem parte da região? Nesta comunicação, discutimos sobre as possíveis contribuições dos Estudos Culturais e da Psicologia Social para estes debates. No âmbito dos Estudos Culturais, dialogamos especialmente com pressupostos dos Estudos Pós-Coloniais, e, da Psicologia Social, sobretudo a partir da Teoria da Identidade Social e da Teoria das Representações Sociais, além de discussões sobre memória social, minorias ativas e relações intergrupais envolvendo grupos nacionais e supranacionais. Tanto os Estudos Culturais quanto as abordagens com as quais trabalhamos dentro da Psicologia Social concedem grande importância à interdisciplinaridade e ao compromisso cívico e político na condução dos debates e investigações realizadas a partir destas perspectivas. Atribuem também grande complexidade ao fenômeno cultural, ao enfatizarem o seu caráter multidimensional e contextual, além de sublinharem a fluidez e a pluralidade envolvidas na dinâmica identitária dos indivíduos. Ademais, tais perspectivas possuem em comum a oposição ao essencialismo, ao ahistoricismo e ao pensamento dicotômico, destacando as continuidades e mudanças envolvidas no processo histórico de construção da realidade, a partir das interações que os indivíduos



desenvolvem em seu mundo social, em diferentes contextos históricos e culturais. Dessa forma, acreditamos que o uso conjugado destas perspectivas se mostra como um interessante recurso analítico para pensar sobre relações intergrupais e sobre diálogo intercultural na Europa contemporânea, uma vez que se configuram como formas de interpretar o mundo que valorizam não apenas o diálogo entre diferentes saberes, mas também entre diferentes culturas, a partir da disponibilidade para escutar e conhecer os Outros por eles mesmos, compreendendo suas próprias visões de mundo. Essa compreensão pode permitir maior abertura à multiplicidade de culturas, e provavelmente também maior empatia e compreensão acerca da perspectiva do Outro, de modo que haja reconhecimento, valorização e trocas recíprocas.

Palavras-chave: Diálogo intercultural; Estudos Culturais; Psicologia Social; Relações intergrupais.

Sessão II – Comunicação Intercultural

Museu do Reconhecimento Cultural

Ana Maria Silva, Luís A. Santos, Marta Soares, Paulo Costa, Pedro Esteves, Norberto Valente & Vânia Lima (Universidade do Minho, Portugal)

anasilva@ie.uminho.pt

d2660@ics.uminho.pt

martafqsoares@gmail.com

A comunicação apresenta o enquadramento, objetivos, metodologia de implementação e os primeiros resultados do Museu do Reconhecimento Cultural. A conceção deste Museu surge de uma parceria entre o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga, Portugal, inicialmente no âmbito de um projeto enquadrado num estágio académico e posteriormente integrado no Projeto Braga Integra. O Município acolhe migrantes de diferentes países há mais de



uma década, e mais recentemente também refugiados. No âmbito das políticas públicas locais leva a cabo um Plano Municipal para a Integração de Imigrantes e integra a Rede de Municípios Interculturais reconhecendo a importância de bem acolher e promover a interculturalidade como fator de desenvolvimento social, cultural e económico. Este Museu insere-se neste âmbito, reconhecendo a Mediação numa dimensão preventiva e intercultural como uma abordagem adequada e importante para a promoção e valorização do conhecimento cultural, facilitação da comunicação e reconhecimento das diversas culturas na comunidade. O Museu do Reconhecimento Cultural tem como finalidade criar um espaço virtual de expressão e apresentação das diversas culturas, nomeadamente as que têm representação no concelho de Braga, com vista ao conhecimento e reconhecimento destas diferentes culturas. Pretende-se, através da recriação simbólica “calçar os sapatos do outro”, contribuir para que cada visitante possa aceder a diferentes culturas a partir de narrativas individuais de pessoas, acompanhadas de imagens do país e da sua cultura de origem. Para além disso, sugere-se a possibilidade de utilização de um objeto simbólico para a visita do museu como forma de experimentar “colocar-se no lugar do outro”. A implementação do projeto envolveu uma equipa com formação académica diferenciada e também com experiências de contacto com o espaço de promoção da interculturalidade diversas. O planeamento do novo ambiente de acolhimento dos conteúdos adaptou e alargou o âmbito de uma experiência inicial num enquadramento flexível e dinâmico, capaz de acomodar as propostas do projeto Braga Integra e as exigências do processo de criação de cada uma das narrativas individuais. Textos de enquadramento foram, assim, sendo complementados com narrativas audiovisuais, recorrendo a técnicas sedimentadas em torno do formato de Perfil.

Palavras-chave: Comunicação intercultural, Mediação, Narrativas audiovisuais.

Migrações, Comunicação Intercultural e Cinema

Isabel Macedo & Rosa Cabecinhas (Universidade do Minho, Portugal)

isabelmaced@gmail.com

cabecinhas@ics.uminho.pt

Analisar os processos migratórios e o seu impacto no quotidiano das pessoas tornou-se essencial para compreendermos a sociedade contemporânea. O sistema educativo, os



média, o discurso político – entre outros agentes e instituições na sociedade – têm um papel central na difusão e reificação de determinadas imagens sobre as populações migrantes, influenciando valores, normas, ações e relações interculturais. Nesta comunicação pretendemos discutir o papel do cinema na difusão e na (re)construção crítica de visões sobre o ‘Outro’. Examinámos as representações veiculadas pelo documentário fílmico português no período compreendido entre 2007 e 2013 e desenvolvemos grupos focais com estudantes do ensino secundário, analisando o modo como interpretam o filme *Li Ké Terra* (2010). Os documentários analisados difundem um conjunto de representações que podem contribuir, quer para a desconstrução, quer para o reforço de determinados estereótipos sociais. Verificámos que os jovens participantes nesta investigação, sem experiência direta do passado colonial, mobilizam estereótipos que lhes foram transmitidos no processo de socialização, nomeadamente, pela família, pela escola e pelos média, quando refletem sobre as relações interculturais. Os dados explorados apontam para a persistência de expressões de racismo e para a associação das pessoas negras à criminalidade, à agressividade e à falta de agência. São mobilizadas ainda representações relacionadas com o ‘mito lusotropicalista’ e a suposta ‘imunidade’ da sociedade portuguesa ao racismo.

Palavras-chave: Migrações; cinema; comunicação intercultural.

Interculturalidade e Narrativas Digitais: o Projeto “Afro-European Narratives”

Maria Teresa Cruz & Maria Augusta Babo (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

teresacruz12@gmail.com

mab@fct.unl.pt

Esta comunicação propõe-se refletir sobre processos de mediação da interculturalidade na Europa de hoje, a partir do projeto europeu em curso “Afro-European Narratives” e de uma valorização dos meios e das práticas da cultura digital. Sublinha-se, neste contexto, o contributo das redes de comunicação e de informação, da proliferação e da apropriação dos arquivos e dos ressurgimentos da narrativa no reforço da dimensão transindividual da experiência, na valorização de uma identidade europeia intercultural e transnacional, na discussão de narrativas dominantes e no surgimento de novas formas



de enunciação e de ativismo. Estes processos, que podem ser vistos como algumas virtualidades da globalização, ganham um relevo particular no espaço social e político da Europa, marcado por uma História colonial e uma diáspora africana transversais e por uma memória que dominou durante vários séculos as imagens e narrativas sobre as culturas africanas e sobre a relação da Europa com o continente Africano. Na Europa, as estratégias de diálogo e de integração cultural não podem por isso fazer-se num plano apenas atual e social, mas também num plano mais denso da memória e do imaginário, promovendo a emergência de novas enunciações, de novas imagens e narrativas afro-europeias, no âmbito de uma longa historia política e cultural.

Palavras-chave: Mediação intercultural, Cultura digital, Narrativa, Imaginário, Enunciação.

Quantas culturas cabem na Escola? Comunicação Intercultural e Justiça Escolar

Alexandra Leandro (Universidade Aberta, Portugal)

leandro.alexandra@gmail.com

O desenvolvimento da escola de massas envolveu sempre a coabitação, frequentemente conflitual, entre diferentes sistemas de pensamento e de organização social, e, neste sentido, será necessário colocar em suspenso a existência prévia de uma escola culturalmente homogénea. A construção da escola enquanto espaço central, e preferencial, de transmissão e inculcação de saberes, valores e normas, embora duradouramente eficaz, nunca conseguiu apagar, em definitivo, a diversidade, e, por vezes, a resistência cultural de muitos dos seus habitantes transitórios. Os alunos foram e continuam a ser o cruzamento de diferentes experiências de aprendizagem, aprovadas ou depreciadas pela Escola, de modo desigual. Atualmente torna-se mais difícil defender, a todo o custo e de modo inequívoco, a necessidade de homogeneização, e de nivelamento cultural dos alunos e das famílias, embora muitas das práticas curriculares e pedagógicas, e dos discursos institucionais e profissionais, estejam sustentados, ainda, nesta abordagem universalista. Refletir sobre a diversidade cultural nas escolas exige uma utilização cuidadosa do conceito de cultura, tendo em conta a sua plasticidade e os seus usos contraditórios: instrumento de entendimento e de valorização das diferenças ou mecanismo de classificação negativa e de estratificação, que desfoca os indivíduos



concretos e os torna recetores passivos de intervenção, mais do que agentes ativos de um diálogo intercultural. A noção de cultura tem, necessariamente, de acomodar as novas e problemáticas identidades contemporâneas, configuradas de acordo com contextos de vida, ao mesmo tempo, plurais, abertos e contingentes, com mecanismos de pertença de geometria e intensidade variáveis e com diferentes espaços de distribuição e produção. O tratamento pedagógico e curricular do conceito de cultura ganha com a articulação com as noções de desigualdade e de alteridade, instrumentos concetuais que podem favorecer a reflexão sobre os processos de legitimação e reforço disciplinar dos discursos e das práticas dominantes. O desafio de decifrar o outro dificilmente poderá ser construído com base em conteúdos curriculares estabelecidos de uma vez por todas, parecendo, antes, depender de uma pedagogia mediadora, necessária à exploração compartilhada de significados e à criação conjunta de soluções organizacionais inovadoras, enriquecidas por diferentes experiências e referenciais. Como é possível, então, efetivar o direito à palavra e à participação de professores, alunos e famílias, enquanto parte integrante de diferentes espaços de produção e reprodução cultural que incluem a Escola e, ao mesmo tempo, a atravessam e extravasam. No que respeita, em particular, aos alunos, a observação da utilização de metodologias participativas em meio escolar revela, frequentemente, o seguinte paradoxo: a voz dos alunos é integrada sob a orientação de um conteúdo curricular mais ou menos fixo, e com base na urgência de mudar atitudes e comportamentos. A mediação intercultural pode surgir, aqui, como um caminho possível, na procura de uma narrativa produzida a várias vozes, passível de ser desconstruída e reconstruída, e capaz de motivar os diferentes atores escolares para uma maior partilha dos processos e mecanismos desenvolvidos para pensar e recriar a Escola.

Palavras-chave: Comunicação intercultural; Mediação intercultural; Justiça escolar.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION
Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018

Eixo Temático DIREITOS HUMANOS



Sessão I – Direitos Humanos

“O Paradigma do Nós”: um projeto de empreendedorismo humano-social

Filomena Carvalho (Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

filomena.carvalho@ipleiria.pt

Não obstante as alterações sociais vivenciadas na e pela família, esta continua a ser, ainda hoje, a célula fundamental da sociedade. Basta para tal atentarmos nos fins que a mesma desempenha, sobretudo, em atenção aos valores da identidade pessoal e social e da segurança, a múltiplos níveis: social, económica, psicológica e emocional. O Direito não é imune a estas alterações e pode e deve, não só acompanhá-las, acolhê-las e, acima de tudo, potenciá-las. Tendo as relações familiares, independentemente da sua forma de constituição, uma natureza essencialmente pessoal e a múltiplos níveis complexa e visando a estabilidade necessária a relações que se pretendem, na sua essência, duradouras, a mediação surge como uma forma privilegiada de atuação, para a resolução de conflitos familiares. Uma forma que atende às necessidades e interesses das pessoas e que lhes permite assumir, de forma consciente, o controlo do processo e a responsabilidade das decisões que determinam o seu futuro, contribuindo assim para uma sociedade mais solidária, pacífica, acolhedora e justa. É de um caso real, numa situação de conflito no contexto de um “novo” modelo familiar, com o envolvimento de um menor, que caracterizamos como “duplamente” vulnerável porque envolvido num processo de alienação parental, que trataremos nesta apresentação. Considerando a categorização doutrinária de grupos vulneráveis e os pressupostos que lhe estão implícitos, a saber: o de determinados interesses desses grupos sociais estarem comprometidos ou em risco e o da especial debilidade em que se encontram, exigindo a adoção de medidas protetoras - os menores surgem-nos como grupo vulnerável merecedor de tutela específica. Iniciamos com uma breve exposição dos factos, para desenvolvermos uma análise crítica do funcionamento da mediação, enquanto método inter e multidisciplinar, numa situação em que a sua intervenção foi oficiosamente determinada pelo juiz. Questiona-se, assim, a eficácia de um método cuja identidade



assenta na voluntariedade da participação das partes e aqui aceite, unicamente, pelo receio que tal recusa implicaria – a institucionalização do filho menor. Destacam-se as principais dificuldades sentidas in praxis pelos mediadores, decorrentes da necessidade do cumprimento dos princípios estruturantes da mediação, com destaque para a isenção e imparcialidade do mediador e a confidencialidade da mediação, garantes da confiança das partes no processo, face ao cumprimento das obrigações judiciais de entrega periódica de relatórios sobre o desenrolar das sessões de mediação. Uma última nota resulta do desafio que constituiu para os mediadores o envolvimento do menor na mediação e a preocupação maior em atender às necessidades de uma criança marcada por um processo de alienação parental que levaram à necessidade de envolver no procedimento, técnicos de diferentes áreas do saber e do conhecimento. Concluímos com uma referência aos atuais e diversificados contextos familiares no seio da sociedade contemporânea, impondo uma análise da família, enquanto realidade social que coloca redobrados desafios à mediação de conflitos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Mediação; Contexto multidisciplinar.

Uma mesquita no Alentejo – invisibilidades na cidade

Ana Piedade (Instituto Politécnico de Beja, Portugal)

alavado@ipbeja.pt

Esta comunicação visa refletir sobre as novas práticas culturais que se estabeleceram numa cidade do Baixo Alentejo, como resultado da chegada de estudantes estrangeiros, refugiados e migrantes económicos do Médio Oriente, China e de diferentes países africanos, bem como da Europa de Leste. Há mudanças óbvias e imediatamente visíveis, no rosto da cidade, mas outras estão como que “cercadas” por um secretismo que só os mais atentos parecem dar-se conta. Referimo-nos à existência de uma mesquita instalada no centro histórico da cidade, há cerca de dois anos. Nada a identifica - é uma casa de um único andar, com uma porta e uma janela – situada numa rua estreita, em pleno centro histórico da cidade. Muitos dos habitantes da cidade, desconhecem a sua existência. Porém, nesta cidade, templos católicos e protestantes são visíveis e identificados sem qualquer problema. Portanto, o facto de a mesquita emergir como um



edifício de alguma forma "oculto" levanta questões sobre identidade social e processos sociais de exclusão e incorporação subjacentes aqueles que a frequentam. A cidade reivindica um forte passado islâmico, pelo que é expectável que a presença de comunidades muçulmanas enviasse os habitantes deste território para um tempo e espaço comuns de pertença; que lhes permita aceitar a religião muçulmana de forma pacífica e inclusiva. A questão é que a existência da mesquita é desconhecida para a maioria dos habitantes, impondo-se a necessidade de conhecer as razões pelas quais isso acontece. Pretendemos, assim, compreender os motivos que levam à ignorância de sua existência, bem como conhecer os seus frequentadores e, finalmente, as representações que os habitantes da cidade têm da existência da mesquita. Metodologicamente optou-se por dividir os informantes em 3 grupos distintos: residentes e trabalhadores na cidade; residentes na cidade; trabalhadores na cidade. O conhecimento da existência da mesquita (mesmo entre os que residiam na vizinhança) era maior entre os indivíduos com cargos/profissões ligados à intervenção comunitária, mesmo não residentes na cidade. Para muitos outros, ficava o "espanto" de não ver o outro, "diferente". Trata-se também, de refletir acerca dos conceitos de cultura, identidade e de multi e interculturalismo, trazendo à colação vários autores como Sousa (2000), para quem muitas vezes a identidade aparece como uma estrutura firme, cujas raízes passam a um tempo imaginário mítico e sem data; Bhabha (1994) que considera que a cultura é "um lugar" "enunciatório" pelo que todas as culturas, portadores da cultura e agentes culturais estão constantemente envolvidos numa espécie de criogenia; Grillo (2003), que enfatiza as múltiplas identidades ou identificações culturais e identitárias cuja forma e conteúdo são continuamente negociados e Gupta e Ferguson (1992), para quem o conceito de "multiculturalismo" é, simultaneamente, uma aceitação fraca do facto de as culturas perderam os seus vínculos em relação a um lugar distinto na sociedade, e um esforço para considerar a pluralidade de culturas dentro de um esqueleto de um identidade nacional.

Palavras-chave: Identidade, Cultura, interculturalidade, Multiculturalidade, Território.

Training for Peace: in search of a pedagogy of otherness in higher education

Ana Paula Caetano, Isabel Freire, Catarina Sobral & Elsa Biscaia Machado (Universidade de Lisboa, Portugal)



apcaetano@ie.ulisboa.pt

isafrei@ie.ulisboa.pt

cmsobral@ie.ulisboa

elsabiscaia@hotmail.com

Humanity is going through a historic moment marked by uncertainty and insecurity associated with setbacks in the social and economic development of many peoples and the worsening of wars in various regions of the planet. Although it is illusory that peace can be achieved through education, it is indisputable that education is part of the path of peace. We advocate that the institutions that educate future educators should promote the development of cognitive, emotional and ethical skills for the exercise of active, supportive and critical citizenship. In the education and training of future educators and trainers, processes of recognition of self and others play a central role in the development of interculturality in community and planetary relations. Learning is always a process of (re) construction of personal and cultural identities, which can and should be framed by a pedagogy of otherness. This communication presents a pedagogical work with students of the degree in Education and Training of the University of Lisbon, framed in this perspective, which aimed to develop their commitment to peace, understood in a personal, interpersonal and planetary dimension. The training process began in the 2nd year in the Laboratory of Emotional Competences, continuing in the 3rd year in the curricular unit Educative Relation. The training had as principles: student participation in the construction of the individual and collective project of learning, autonomy, cooperation, education for sustainable development and research training. Students and teachers have developed an action-research process, specifically involving themselves in the seminar Diversity, Education and Citizenship, open to the public. They facilitated activities, collected and analyzed data on participants' conceptions of peace. The discussion of this process and of the results aims to contribute to the knowledge about culture of peace and pedagogy of higher education.

Palavras-chave: Education for peace; Higher Education Students; Educators; Research training.



Dos direitos reprodutivos na Europa: o caso da gestação de substituição

Diana Coutinho (Universidade do Minho, Portugal)

dcoutinho@direito.uminho.pt

No nosso artigo pretendemos fazer uma análise dos direitos reprodutivos na Europa, em particular atender ao caso da gestação de substituição. A década de 90 do século XX ficou marcada pela consagração dos direitos reprodutivos (e também dos direitos sexuais) como direitos humanos. Esta consagração “oficial” resultou, em grande medida, da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. De facto, a discussão em torno de questões relacionadas com a saúde reprodutiva, a sexualidade, a liberdade de disposição sobre o próprio corpo, a infertilidade, a luta pelos direitos das mulheres, entre outras, fomentou a emergência dos direitos reprodutivos à categoria de direitos humanos. Várias organizações europeias e internacionais (por exemplo, a Organização Mundial de Saúde) desempenharam um papel fulcral no reconhecimento e tratamento dos direitos reprodutivos como direitos humanos. Mas tal reconhecimento vai além de uma mera formalidade ou superficialidade, pois quando falamos em direitos reprodutivos estamos a falar do direito ao acesso a cuidados, do direito ao tratamento e informação reprodutiva, do direito à autonomia e liberdade na tomada de decisões a nível reprodutivo, do direito (ou não) a gerar uma criança, entre outras questões. Por outras palavras, estamos a reconhecer os direitos reprodutivos como direitos universais, indivisíveis e inegáveis, com todas as consequências jurídicas que tal reconhecimento possa acarretar: são direitos humanos. Além disso, os direitos reprodutivos estão diretamente relacionados com outros direitos humanos, a saber, com o direito à saúde, o direito à reserva da intimidade da vida privada, o direito à vida, o direito à não discriminação, o direito a constituir família, entre outros. Ora, é neste contexto de direitos reprodutivos que pretendemos debater em torno da gestação de substituição. Portugal é dos poucos países da Europa que passou a admitir o recurso à gestação de substituição ainda que em casos excecionais e a título gratuito. Na verdade, esta é uma temática bastante controversa a nível jurídico, político, social, religioso, etc. Na Europa assistimos a posições (e a práticas) diferenciadas: desde a aceitação sem quaisquer limites dos contratos de gestação de substituição (por exemplo, na Ucrânia), a posições intermédias com a admissibilidade da gestação mediante certos requisitos (por exemplo, no Reino Unido ou em Portugal), a casos de total proibição (por exemplo, na Espanha ou



Itália). Não almejamos fazer um estudo comparado da gestação de substituição nos diferentes ordenamentos jurídicos, mas tão só analisar algumas das principais questões suscitadas em torno deste tema, procurando perceber em se (e em que medida) a gestação de substituição poderá integrar o conceito de direitos reprodutivos. Assim, procuraremos perceber, de modo geral, como é encarada a gestação de substituição na Europa e se a mesma é encarada como um desafio (um passo à frente) ou um retrocesso na Europa do século XXI.

Palavras-chave: Gestação de substituição; Direitos humanos; Direitos reprodutivos; Europa; Contrato.



A EUROPA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL E DE MEDIAÇÃO
L'EUROPE COMME ESPACE DE DIALOGUE INTERCULTUREL ET DE MÉDIATION
EUROPE AS A SPACE OF INTERCULTURAL DIALOGUE AND MEDIATION

Universidade do Minho, 26 e 27 de abril de 2018



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



BRAGA
Município



ACM

RES

MI

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

